



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2023

-----Aos vinte e seis dias do mês de abril de 2023, no Cineteatro Municipal João Mota, em Sesimbra, realizou-se pelas vinte e uma horas, a primeira reunião da sessão ordinária de abril da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência do Sr. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, e secretariada pelos Srs. Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro e Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes, Primeiro e Segundo-secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1. Apreciação da Atividade Municipal; -----
- 2. Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação e Prestação de Contas de 2022; -----
- 3. Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2022.-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças:-----
-----Pelo Grupo Municipal da CDU - João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Victor Ribeiro Antunes, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, Rui João Graça Rodrigues, Paula Alexandra Cacela da Conceição Graça Rodrigues, Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro, Sónia Patricia Narciso Faria Lopes e Pedro Miguel Pinto Mendes.-----

-----Pelo Grupo Municipal do PS - Pedro Miguel dos Santos Mesquita; Cláudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata; Paulo do Carmo de Sá Caetano; Andredina Gomes Cardoso, António Fernando Amiano Marques, Catina Saloio Ribeiro Faneca e Mónica Cristina Sousa Oliveira Valadas.-----

-----Pelo Grupo Municipal do Chega – Maria Madalena Cartaxo Serra e Silvia Marina Melo Montanha.

-----Pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PPD/PSD) – Carlos Filipe Pereira de Oliveira e Germano Óscar Amorim de Barros; -----

-----Pelo Grupo Municipal do BE- Jaime Vaz dos Santos. -----

-----Pelo Grupo Municipal do MSU – João Miguel Mateus Castanho. -----

-----Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, a Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel Jesus Gomes dos Santos, e o substituto do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Bruno Miguel Pinto Dias Costa. -----

-----Comprovada a existência de quórum, 24 presenças, o **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas. -----

-----Verificaram-se também as presenças da Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS),

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Felicia Maria Cavaleiro Costa, e dos Vereadores(as) José Henrique Peralta Polido, Nelson Carlos Simplício Pólvora e Maria Argentina Amiano Marques.-----

-----**O Presidente da AMS** começou por cumprimentar todos os presentes, a Sra. Vice-Presidente da Câmara, os Vereadores (as), membros da Mesa e restantes Deputados. Cumprimentou também o publico presente bem como aquele que seguia a sessão online e os técnicos da autarquia que davam apoio ao som e imagem na transmissão da sessão. -----

-----Justificou em seguida as ausências e respetivas substituições dos Deputados do GM do PS, Sérgio Miguel Redondo Faias, Luisa Carvalho e Ricardo Mendes que eram substituídos pelos Deputados (as) António Marques, Catina Faneca e Mónica Valadas, e do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Carlos Pólvora que se fazia substituir pelo Membro do Executivo, Bruno Costa.-----

-----Também, o Deputado Carlos Macedo do GM do BE era substituído pelo Deputado Jaime Santos.

-----Justificou ainda o impedimento pessoal de última hora do Sr. Presidente da CMS, que era representado pela Sra. Vice-Presidente, e ainda a ausência dos Vereadores Miguel Fernandes e Márcio Souza, que haviam justificado as suas ausências.-----

-----Informou em seguida que o motivo da realização da sessão fora do seu local habitual se prendia com o facto de estar a decorrer uma exposição integrada nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974 denominada “50 Anos de Abril ... Eu vivi Abril!”. -----

-----Aproveitou para lembrar que no átrio da Biblioteca Municipal também se encontrava patente ao público a Exposição “50 anos - Poder Local Democrático”. -----

-----Convidou em seguida todos os presentes e quem acompanhava a reunião via online para assistir à cerimónia de entrega dos Prémio da 15ª edição do Concurso “as Cores da Cidadania”, que teria lugar no dia 6 de maio, na Sala Polivalente da Biblioteca, com início às 10h00, sendo que os trabalhos premiados estavam expostos junto à Cafetaria do Cineteatro, assim como convidava a assistir à 21ª edição da Assembleia Municipal de Jovens, no dia 13 de maio, com início às 15h00, nas instalações do MGBOOS, na Quinta do Conde. Ambos os projetos eram integrados naquilo que eram os projetos de promoção da cidadania entre os mais jovens desenvolvido pela AMS.-----

----- Referiu ainda que os temas dos 2 projetos eram no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de abril de 1974, a saber: “Vamos viver Abril” e “50 anos /25 de Abril, liberdade, democracia, jovens e Sesimbra”, respetivamente. -----

-----Disse depois que tinha sido tratado, em sede de Comissão de Líderes, a divisão da sessão em duas reuniões, sendo que a segunda reunião se iria realizar no dia 10 de maio, na Associação de Cultura e

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Recreio União Trabalhadora Zambujalense (ACRUTZ), à mesma hora, para a qual transitaria o ponto da
Apreciação da Atividade Municipal.. -----

-----Colocado à votação, a proposta da Comissão de Líderes foi **aprovada por unanimidade e por
consequente a sessão foi dividida em 2 reuniões sendo que a segunda se realizaria no dia 10 de maio
(sexta-feira), pelas 21h00 nas instalações da Associação de Cultura e Recreio União Trabalhadora
Zambujalense (ACRUTZ), bem como alterar a ordem dos pontos e organização, ficando do seguinte
modo:** -----

-----**Reunião de 26/04/2023:** -----

-----**Período de Antes da Ordem do Dia com os seguintes documentos:**-----

-----Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Ilda Maria Conceição de Jesus Gomes (Comissão de
Líderes dos Grupos Municipais); -----

-----Saudação ao 25 de Abril e 1º de Maio (Comissão de Líderes dos Grupos Municipais). -----

-----**Período Aberto às Intervenções dos Cidadãos;**-----

-----**Período da Ordem do Dia com os seguintes pontos:**-----

-----**1º Ponto da Ordem de Trabalhos**-----

-----Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação e Prestação
de Contas de 2022; -----

-----**2º Ponto da Ordem de Trabalhos** -----

-----Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2022. -----

-----**Reunião de 10/05/2023:** -----

-----**Período Aberto às Intervenções dos Cidadãos;**-----

-----**Período da Ordem do Dia com o seguinte ponto (continuação):** -----

-----**3º Ponto da Ordem de Trabalhos**-----

-----Apreciação da Atividade Municipal. -----

-----O **Presidente da AMS** disse que vinha sendo prática, em termos de tempo regimental, aplicar 30
mais 30 minutos para o PAOD, finda essa hora, passar ao Período de Intervenção Aberto aos Cidadãos
(PIAC).- -----

-----Iniciado o PAOD, a Segunda Secretária da Mesa leu o seguinte Voto de Pesar pelo falecimento da
Senhora Ilda Maria Conceição de Jesus Gomes:-----

-----*“No passado dia 09 de abril deixou-nos aos 79 anos Ilda Maria Conceição de Jesus Gomes, mãe da
Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Castelo. Quis o destino que a Dona Ilda, como era*

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

carinhosamente conhecida por todos, partisse num domingo de Páscoa, dia ao qual dava muita importância dada a sua grande devoção católica.-----

-----*A Dona Ilda teve sempre uma vida cheia e rodeada de muita gente, fossem eles a família, os amigos, os vizinhos e os muitos e muitas que pela sua casa passaram para aprender os segredos da arte da costura, da pintura a óleo, em tecido ou porcelana, trabalhos com escamas de peixe ou em estanho. Uma mulher de muitos ofícios e talentos com a generosidade e inteligência necessárias para que ao longo dos tempos transmitisse esses conhecimentos a diversas gerações de Sesimbrenses, que nunca a esquecerão.*-----

-----*Sesimbra e particularmente o “Largo da Torrinha” ficaram mais pobres, neste momento difícil esta Assembleia Municipal reunida a 26 de abril de 2023, endereça sentidos pêsames ao esposo, filhas, genros, netas, netos, restantes familiares e amigos.*-----

-----*Respeitando ainda um minuto de silêncio em sua memória.*-----

-----*Deve ser dado conhecimento à Família.”*-----

-----**Submetido a votação, o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade, e foi guardado um minuto de silêncio em sua memória.**-----

-----De seguida o **Presidente da AMS** leu a Saudação ao 25 de Abril e 1º de Maio-----

-----*“Assinalámos ontem a passagem do 49º aniversário do 25 de abril de 74, o dia que ficou para sempre marcado como o dia da Liberdade, aquele que foi, indiscutivelmente um dos acontecimentos mais marcantes e importantes do século XX em Portugal e que continua a ser aquele que mais une os Portugueses.*-----

-----*Comemoramos o aniversário da Revolução dos Cravos (expressão popular pela qual ficou conhecida a efeméride) como um tributo ao Movimento das Forças Armadas e a todos os que foram perseguidos, torturados ou que perderam a vida pelas suas convicções na Liberdade, na Igualdade, na Justiça e na Paz. Recordamos o ato revolucionário que pôs fim a 48 anos da ditadura fascista que submeteu o país e o povo português à miséria e à pobreza, ao atraso e ao isolamento, à censura, à repressão, às perseguições políticas e a uma cruel guerra colonial. Para trás ficava um Portugal triste, amargurado e cinzento e recordamos a conquista das profundas transformações políticas, económicas, sociais e culturais. Evocamos o dia que mudou as nossas vidas, na afirmação de Portugal como Estado soberano, democrático e livre.*-----

-----*Festejamos por isso a liberdade e a promoção de uma nação mais Justa, Solidária e Igualitária nos direitos. Festejamos o direito à educação, à saúde e ao seu Serviço Nacional, à proteção social para todos,*

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

o direito ao trabalho, assim como o Poder Local Democrático. É hoje indiscutível que 49 anos de democracia trouxeram incontestáveis progressos assim como benefícios significativos no acesso a serviços públicos e a prestações sociais de um Estado desenvolvido, contudo, reconhece-se que existe ainda um longo caminho a percorrer, que permita contrariar a persistência de profundas desigualdades na distribuição dos rendimentos, na pobreza, na exclusão social e em todo e qualquer o tipo de discriminação.-----

-----Este ano assinalamos também com grande entusiasmo, o arranque oficial das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril no nosso Concelho a decorrer até Abril de 2024.-----

-----Assinalamos igualmente, dentro de dias, as comemorações do 1º de Maio, o Dia do Trabalhador, que pela primeira vez em 1974, e no seguimento da revolução dos cravos, voltou a ser comemorado livremente em Portugal.-----

-----Não podemos desta forma deixar de nos associar a todos os trabalhadores e trabalhadoras que lutam diariamente pela dignidade das suas carreiras, pela valorização do seu trabalho, por salários justos, e por melhores condições laborais. Associamo-nos a todos que diariamente lutam contra a precariedade ou mesmo pelo direito ao emprego.-----

-----VIVA O 25 DE ABRIL! VIVA O 1º DE MAIO! -----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 26 de abril de 2023, saúda: -----

-----1. O 49º aniversário do 25 de Abril e o envolvimento da população do Concelho nas suas comemorações.-----

-----2. Os militares de Abril pela operação militar desencadeada que levou ao fim a ditadura salazarista;-----

-----3. Todos os trabalhadores e trabalhadoras do nosso país, manifestando-lhes toda a solidariedade, na sua luta pelo emprego com direitos.-----

-----Dar conhecimento desta Saudação: -----

-----Presidente da República; Presidente da Assembleia da República; Primeiro-ministro; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Camara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do concelho de Sesimbra; Camaras Municipais da Área Metropolitana de Lisboa; Assembleias Municipais da Área Metropolitana de Lisboa; CGTP e UGT; Associação 25 de abril; Comunicação Social Local e Regional.” -----

-----Submetida a votação, a Saudação ao 25 de Abril e 1º de Maio foi aprovada por unanimidade”.

-----Prosseguindo os trabalhos a Deputada Sílvia Montanha solicitou o uso da palavra para

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

apresentar uma Declaração Política tendo o Presidente da AMS informado que as Declarações Políticas não tinham espaço a qualquer intervenção dos restantes colegas Deputados e Deputadas. -----

-----“Declaração Política sobre o 25 de Abril -----

-----No dia de ontem, 25 de Abril de 2023, decorrem 49 anos da data da Revolução dos Cravos.

-----Entendemos que esse momento marcante da história de Portugal trouxe inegáveis modificações à nossa sociedade, nomeadamente quanto à implementação da democracia representativa, liberdade de imprensa e liberdade de expressão. -----

-----A mudança de regime político ocorrida em 1974, por sua vez, suscitou uma maior aproximação às instituições europeias que culminou com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em junho de 1985. -----

-----É também de realçar que a abertura democrática trouxe mais direitos às mulheres nomeadamente na universalidade do acesso à educação e na emancipação das mesmas face aos seus progenitores ou maridos.-----

-----Após todos estes anos de regime democrático importa perceber se as conquistas de Abril se traduziram numa melhoria significativa para o Povo português. -----

-----O processo de descolonização de 1975 foi e continua a ser uma ferida aberta na sociedade portuguesa porque os combatentes do ultramar, os retornados, e os portugueses nativos das províncias ultramarinas ainda sofrem com a falta de reconhecimento do seu esforço na defesa dos territórios de Portugal e quase todos se sentem defraudados, enganados, esquecidos.-----

-----O Partido Chega não esquece nenhum! -----

-----É um facto que a censura presente no antigo regime, com a revolução, no seu plano mais formal, foi, e bem, erradicada. No entanto, assistimos hoje em Portugal a um controle da liberdade de expressão, seja nas Leis feitas à medida para condicionar a mesma, seja pelas “pressões partidárias” feitas sobre as redações da imprensa, seja ainda através das entidades financiadas pelo Estado Socialista para estipular o que se pode ou não dizer, escrever, propagandear.-----

-----Estes montaram estruturas com quadros escolhidos no aparelho partidário, pagos a expensas dos contribuintes para monitorizar, e muitas das vezes perseguir, quem não alinha no discurso dito “politicamente correto”, formula encontrada pelo fanatismo de esquerda e extrema-esquerda para estatuírem o seu condicionamento político.-----

-----O que são dados objetivos é que mesmo enfrentando uma guerra colonial em várias frentes, Portugal, de 1961 até 1973 cresceu em média 5,54% e desde 1974 até hoje apenas cresceu em média

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

apenas 2% apesar dos sucessivos fundos de coesão e programas diversos europeus que têm financiado inúmeros projetos do País nas últimas décadas. -----

-----No índice de desenvolvimento humano ocupamos hoje a 38 posição no ranking mundial quando, à data do 25 de Abril de 1974, éramos o 23º País do Mundo.-----

-----A taxa de fecundidade das mulheres portuguesas tem vindo a descer de forma abrupta sobretudo nas últimas duas décadas e é hoje cerca de metade do que era em 1973. -----

-----Quanto à corrupção ou índice da perceção da corrupção, Portugal aparece em 33º lugar no ranking mundial, sendo que a corrupção não era tolerada nem se conhecem episódios antes do regime democrático. Poderemos estimar que infelizmente, por via dos sucessivos escândalos com que diariamente somos confrontados, com este desgoverno socialista, possamos ainda baixar mais no índice de perceção da corrupção.-----

-----Na educação, saúde, defesa nacional e segurança pública, as carências são cada vez maiores. Assistimos todos a uma total revolta e desmotivação, sendo notórias e visíveis as dificuldades do País para manter estes sectores a funcionar. -----

-----As reformas, os 30 dias para o subsídio de férias, o salário mínimo nacional, são de facto, conquistas de Abril, mas o poder de compra dos portugueses é cada vez menor e têm aumentado o número de pobres no nosso País, sem que se vislumbre qualquer alteração do paradigma ou expectativas de os nossos jovens conseguirem subir no elevador social.-----

-----Vivemos hoje um fenómeno muitíssimo preocupante quanto à habitação que também tem uma das suas causas a vinda descontrolada de migrantes económicos que colocam imensa pressão no mercado de arrendamento para as famílias portuguesas. -----

-----As autarquias locais também viram um grande incremento das suas competências, mas estão fortemente endividadas e muitas não conseguem cumprir com eficácia as suas atribuições.-----

-----Quanto à dívida pública e ao impacto desta na gestão das finanças públicas, Portugal tinha em 1974 um record histórico de apenas 13,58% do PIB mas em 2022, com quase 50 anos de regime democrático, estava num absurdo registo de 114,7% do PIB, absolutamente insustentável, que condiciona o investimento para as gerações futuras e é revelador da faceta mais sinistra dos gastos e desperdício do socialismo. -----

-----O 25 de Abril foi determinante enquanto revolução e para a implantação da democracia, mas a liberdade só foi definitiva e totalmente conquistada no 25 de Novembro de 1975, data essa que o Partido Chega celebra. -----

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A Bancada do Chega Sesimbra, -----

-----Pela Deputada Sílvia Montanha” -----

-----O Deputado Paulo Caetano, após cumprimentar todos os presentes e quem assistia via online, proferiu a seguinte Declaração Política:-----

-----“Entre ontem e hoje vi e ouvi coisas que me fazem pensar que na verdade, como muita gente afirmou, o estado democrático e livre como uma passagem da Saudação que acabámos de aprovar por unanimidade, não está totalmente garantida, e é uma preocupação e é esta a declaração política que queria deixar: Estou absolutamente convencido que a enorme maioria desta assembleia e das pessoas que nos estão a ouvir concordam com estas afirmações.” -----

-----Concluído o PAOD, o Presidente da AMS abriu o Período de Intervenção Aberta aos Cidadãos tendo sido informado que nenhum cidadão se tinha inscrito para usar da palavra.-----

-----Prosseguindo os trabalhos, deu início ao Período da Ordem do Dia declarando aberto o ponto 1:

-----**Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação e Prestação de Contas de 2022**-----

-----Informou que o ponto seguinte seria a Aplicação do Resultado do Resultado Líquido do Exercício de 2022 e acreditava que o debate fosse em simultâneo tendo em conta o que ocorrera na reunião conjunta de todas as Comissões realizada no dia 20 de abril, com a participação do Sr. Vereador José Polido que se acompanhara da equipe técnica hoje representada pelo Dr. António Mendonça, a quem agradecia a presença assim como na reunião de trabalho das comissões e todo o apoio que sempre disponibilizava para algum esclarecimento adicional a qualquer membro da AMS.-----

-----Na reunião, o Sr. Vereador José Polido fizera uma apresentação dos documentos e tinham sido levantadas questões e esclarecidas dúvidas. Tinha havido debate e muita troca de impressões, mais técnica e era, de facto, o fundamento também daquelas reuniões. -----

-----Cedeu de seguida a palavra à **Sra. Vice-presidente da CMS** para uma apresentação do assunto. -

-----A Vice-presidente começou por saudar todos os presentes e quem assistia em casa e referiu que antes de passar ao ponto da Ordem do Dia, queria também em seu nome pessoal e pensava que também em nome todo o executivo, secundar as palavras do Deputado Paulo Caetano naquilo que dizia respeito à importância do 25 de Abril e, aliás, a AMS aprovara por unanimidade a Saudação, e partilhar também as preocupações em relação aos perigos que se abatiam sobre uma data que todos queriam que se perpetuasse e que se perpetuasse mais do que uma data de comemoração, mas fosse sobretudo a perpetuação dos valores pelos quais, muitos tinham lutado e que gostariam que pudessem ser

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

transmitidas aos filhos que tinham uma vida melhor do que havia antes do 25 de Abril. Portanto, queria saudar também a intervenção do Deputado Paulo Caetano. -----

-----Relativamente à Ordem do Dia, o Sr. Vereador José Polido já participara na reunião das comissões, ela resguardava-se, enquanto representante da Câmara, assim como os restantes colegas do executivo, para as intervenções ou dúvidas que fossem colocadas após a intervenção do Sr. Vereador José Polido, a quem pedia para fazer a apresentação do assunto. -----

-----Tomando o uso da palavra, o **Vereador José Polido** cumprimentou todos os presentes e quem assistia a partir de casa. -----

----- Estivera na reunião das Comissões com a equipa técnica, Dr. António Mendonça, a Dra. Graça Candeias, a Coordenadora Técnica Catarina Fernandes e o Dr. Leonildo Cachão, do Departamento de Administração e Finanças. Era o primeiro ano desde que estava na autarquia que não tivera a presença do Dr. Sardinha, que se reformara recentemente porque atingira o limite da idade dos 70 anos. Era uma pessoa com quem aprendera muito sobre as questões de gestão financeira e de rigor financeiro, porque sem essa gestão e sem esse rigor a Autarquia não conseguiria levar o “barco a bom porto” e, portanto, queria também em seu nome pessoal agradecer tudo aquilo que aprendera com o Dr. Sardinha e com a sua equipa, obviamente. -----

-----O Dr. Sardinha também estivera na génese da preparação do documento, porque era um documento de prestação de contas referente a 2022. -----

-----O documento tinha a incorporação das competências na área da educação que representava um valor substancial, e para além disso, a Autarquia estava a consolidar a transição do POCAL para o SNC-AP onde tinha mais de 100 relatórios que depois teria de enviar ao Terminal de Contas. -----

-----Como o Sr. Presidente da AMS referira, era um documento técnico, e tinha de ser preparado tecnicamente. Poder-se-ia não concordar com as opções tomadas, mas o relato financeiro era aquilo que fora realizado durante o ano. -----

-----Disse que relativamente ao impacto que o COVID tivera nas contas do Município, desde 2020 até 2022 fora de cerca de 3.075.000€, dos quais, até ao final do ano tinha recebido 0 euros do Estado Português, com exceção do Fundo de Solidariedade da União Europeia, onde o Município recebera 230.000€. -----

-----Outra nota que queria salientar tinha a ver com o impacto com o conflito do Leste da Europa, na Ucrânia, que toda a gente lamentava, porque a inflação tinha subido para valor médio anual de 7,8%. Esse valor não tivera impacto nos financiamentos da autarquia, mas tivera impacto na questão das obras

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

que estavam a decorrer no Município sobretudo a obra com o Centro de Saúde de Sesimbra que tivera um impacto substancial nos materiais que o município adquirira e daí ter tido algumas revisões de preços e **equilíbrios financeiros** nas mesmas empreitadas, o que significava que a obra que tinha inicialmente previsto despende um determinado montante, tivera um acréscimo substancial. -----

----- A delegação de competências no domínio da educação decorrentes do decreto-lei nº 21/2019, estavam presentes na prestação de contas, sendo que muitas delas o Município deliberara transferir por delegação de competências para os Diretores dos Agrupamentos de Escolas. Ainda no mesmo âmbito o Município no ano anterior tivera um défice entre aquilo que recebera e aquilo que entregara aos Agrupamentos, e que despendera diretamente, de cerca de 70.000€. -----

----- Fazendo depois uma análise ao reporte financeiro disse que no ano anterior, o Município tivera uma dotação corrigida da receita de 77.000.000€, da qual executara 94,49%, sendo que tinha havido um fator relevante que tinha a ver com uma receita própria do Município, os impostos diretos, mais concretamente com o IMT. Este imposto no ano passado tivera um comportamento muito acima daquilo que seria exetável. Sesimbra continuava a ser o Concelho que as pessoas gostavam, e faziam cá os seus investimentos, daí ter tido um valor do IMT superior àquilo que inicialmente estava orçamentado, mas também fruto das regras orçamentais do SNC-AP, a Autarquia tinha de fazer uma revisão orçamental sempre que uma determinada rubrica ultrapassava os 100%. No caso das Grandes Opções do Plano ou dos custos, a Autarquia não podia realizar nenhum custo sem ter uma dotação orçamental. No caso da receita, a Autarquia podia receber tudo. Tinha era que quando chegasse ao final do ano fazer uma revisão, porque não podia ter uma receita com um valor superior a 100%, ou seja, uma taxa de execução superior a 100%. E fora isso que a CMS fizera. -----

----- O IMT ultrapassara o valor do IMI, ou seja, o Município recebera 14.681.000€ face aos 13.900.000€ do IMI. -----

----- Prosseguiu dizendo que os 94,49% que a CMS tivera na taxa de execução da receita poderiam ter sido melhor se o Município tivesse utilizado os 2.000.000 de euros do empréstimo de curto prazo que a Assembleia Municipal aprovara. Como era do conhecimento, a CMS trazia todos os anos uma proposta à Assembleia Municipal para que o Município pudesse contrair o empréstimo de curto prazo, cuja taxa de juro era 0,1% para fazer face a eventuais dificuldades de tesouraria. No caso concreto, a CMS só utilizara 500.000€, portanto ficara 1.500.000€ por utilizar. Se a CMS tivesse utilizado 1.500.000€, a execução ainda teria sido superior e teria tido uma execução de 96,44%. -----

----- O Município de Sesimbra, de momento, devia estar no *top five* dos municípios que menos

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

dependia do orçamento de Estado. Pelas regras orçamentais, e pela cláusula travão que existia dos 5%, a CMS via-se todos os anos privada de uma receita que deveria aumentar, mas como tinha receita própria e conseguia ter um valor substancial, o Estado cortava no chamado FEF capital, que tinha a ver com as receitas que seriam transferidas do orçamento de Estado para o Município para fazer face a investimentos no seu território.-----

-----Passando depois para uma análise mais específica disse que nos impostos diretos, cobrara 30.000.000€. Uma taxa de execução de 99,99% apesar de não ter aumentado os impostos, assim como não aumentara as tarifas municipais, sobretudo a chamada fatura de água que incluía o saneamento e os resíduos, apesar do encarecimento cada vez maior dos custos das instituições que trabalhavam para a CMS, a SIMARSUL para o tratamento do esgoto, do saneamento, e a AMARSUL para a questão da deposição dos resíduos. -----

-----Das taxas, multas e outras penalidades cobrara 3,6 milhões de euros, onde estavam incluídos os licenciamentos municipais que era a principal rubrica; -----

-----Dos rendimentos de propriedade industrial 1.293.000€ que tinha a ver com a concessão da E-REDES da EDP; -----

-----Nas transferências correntes tinha 12.000.000 de euros onde grande parte do valor estava afeto, à educação, entre outros;-----

-----Nas vendas de bens e serviços correntes, tinha os 14.000.000 de euros onde o principal enfoque tinha a ver com a fatura dos chamados serviços urbanos; -----

-----Depois, na receita de capital tinha 4.338.000€. A maior parte tinha a ver com as transferências de capital, 3.674.000€ e os passivos financeiros, que tinham sido os 500.000 EUR que dissera do empréstimo de curto prazo;-----

-----Existia ainda o saldo de gerência que na reunião das Comissões gerara alguma confusão no que respeitava à passagem do saldo de gerência para 2023 que incorporava um saldo de gerência de 6.409.000€, que fora o saldo da execução orçamental do ano de 2021. -----

----- Deste modo a CMS tivera uma arrecadação de receita de 72.940.000€, ou seja, 94,4%. -----

-----Prosseguiu dizendo que a evolução das receitas próprias do Município provenientes dos seus impostos, tivera um acréscimo de cerca de 11%, portanto, fruto do crescimento muito acentuado de 22% na questão do IMT, ou seja, o IMT passara de 12.000.000 para 14,6 milhões de euros, mas para além disso, também tinha havido o crescimento que vinha sendo constante e gradual pelo menos desde 2019, 20, 21 e 22, que tinha a ver com a derrama, que era o imposto que as empresas pagavam ao município,

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

1,5% sobre a matéria tributável e não sobre o lucro, e a Autarquia tivera uma receita de 597.000€, o que significava que no ano de 2022 as empresas do Concelho tinham tido uma performance bastante positiva.

-----Não estava incluída a questão das transferências que já mencionara da diminuição do chamado FEF de capital e da cláusula travão dos 5% que a CMS podia receber a mais, que também tinha a ver com a boa performance que os cidadãos, mas também os empresários em nome individual que pagavam IRS e esse valor não estava ali, mas nos 5% de IRS, que era transferido para a CMS. -----

-----A área dos loteamentos e obras também tivera um comportamento bastante interessante, passando a 3,2 milhões de euros;-----

-----Nos dividendos também estavam 1,2 milhões de euros, que tinha a ver com a concessão. -----

-----A CMS obtivera umas transferências correntes de cerca de 12.000.000 de euros, sendo que a mais importante era da Direção-Geral das Autarquias Locais, depois da Gestão Financeira da Educação, e nas de transferências de capital, tinha a Agência de Coesão, que tinha a ver com projetos que a CMS se candidataria a fundos comunitários;-----

-----N que respeitava aos financiamentos, conforme já referira, dos 2.000.000 de euros só utilizara 500.000€.-----

-----Relativamente à análise das despesas, informou que na despesa corrente, a que mais pesava, tinha a ver com as despesas com pessoal. Como era do conhecimento, a CMS incorporara cerca de 400 funcionários no Município que estavam afetos à escola, sobretudo assistentes operacionais. O valor inicial que a CMS tinha na dotação da despesa, eram cerca de 22,3 milhões de euros na rubrica e passara a estar corrigida para 27,8 e pagara 25,7 milhões de euros, ou seja, 92,5% do valor. -----

-----As aquisições de bens e serviços também tinham tido um acréscimo substancial. A CMS tinha inicialmente previsto, 12,4 milhões de euros, pagara 16,9 dos 20,8 que fora a dotação corrigida;-----

-----Também nas transferências correntes, sobretudo porque transferira os valores para os Diretores dos Agrupamentos, a CMS tinha um orçamento da despesa inicial de 3,9 milhões de euros, corrigira para 5,4 milhões de euros e pagara 4,4 milhões de euros;-----

-----Relativamente às aquisições de bens de capital, a CMS tinha inicialmente uma dotação de cerca de 21,2 milhões de euros, corrigira para 18,8 e executara 12,4 milhões de euros, também fruto de algumas obras que tinham ficado desertas, e das dificuldades que tinha em arranjar, muitas vezes, alguns empreiteiros, para realizar as obras. -----

----- Fazendo uma comparação entre 2021 e 2022, a despesa paga em 2022, tinham sido de 63,6 milhões de euros, face aos 54,2 milhões de 2021.-----

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Relativamente à despesa realizada, em 2022, 64,6 milhões de euros face a 54,9 milhões de euros em 2021. -----

-----A despesa comprometida tinha sido 71,1 milhões de euros face aos 61,1 milhões de euros, ou seja, mais 10.000.000 de euros. -----

----- A despesa orçada cifrara-se em 77,1 milhões de euros, contra os 64,4 milhões de euros, muito fruto da transferência de competências na área da educação para o Município. -----

----- Já referira que a despesa tinha de ser igual à receita em termos de balanceamento das contas, e a CMS tinha uma dotação final de 77,1 milhões de euros, pagara 63,6 milhões de euros, ou seja, uma taxa de execução de 82,5%.-----

-----Explicou em seguida que para poder realizar despesa no Município, qualquer tipo de despesa, era preciso em primeiro lugar ter a rubrica devidamente dotada com determinado valor. A CMS não podia realizar uma despesa para comprar uma garrafa de água ou um caderno se não tivesse em determinada rubrica orçamental, a despesa devidamente dotada, ou seja, ter verba suficiente na mesma. Não queria dizer que tivesse dinheiro em *Cash*, mas supostamente poderia ter, mas tinha de ter a rubrica devidamente dotada. Quando fazia o procedimento interno de cabimentação, significava que tinha a perspetiva de ir realizar aquela despesa e de despender aquele dinheiro que tinha de ser sempre, no máximo, igual àquele que tinha na dotação, tinha de ser ou igual ou inferior ao que tinha na dotação. Quando depois surgia o compromisso a seguir que tinha a ver com a assunção, como por exemplo um concurso lançado, alguém concorrera e o contrato ia ser assinado, esse compromisso tinha de ser, no máximo, também igual ou inferior à despesa que estava cabimentada. Nunca se podia realizar algo com um valor superior ao que estava comprometido, tinha de ser sempre, no máximo, igual ou inferior ao que estava no compromisso, e quando era para pagar também tinha de ser, sempre, inferior ou igual, àquilo que estava realizado. Nunca poderia pagar alguma coisa sem uma fatura, ou um documento como por exemplo o processamento dos vencimentos e aí era uma relação dos documentos e depois a segurança social ou IRS, portanto, retenções. -----

-----Assim, face ao que estava inicialmente corrigido para os 77.000.000 de euros, a CMS cabimentara 73.000.000 de euros, ou seja, 95,28% daquilo que inicialmente tinha sido previsto, desses 73.000.000 a CMS comprometera 71.000.000 de euros, ou seja, 92,6%. Desses 71.000.000 de euros realizara 64,6 milhões de euros, ou seja, 83,7% e pagara 63,6 milhões de euros, os tais 82,5%. -----

-----Portanto, era assim que as coisas funcionavam. Não era exatamente como numa empresa onde não era preciso ter um compromisso, o cabimento, e realizava a despesa. -----

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Na CMS tinham dificuldades muitas vezes, e que o cidadão comum não conseguia perceber, que tinha a ver com a burocracia com a contratação pública. Por exemplo, para adquirir um carro para a recolha do lixo que tanta falta fazia, demorava, desde o início da preparação do caderno de encargos, lançamento do concurso, análise das propostas, e se concorresse alguém, adjudicar, demorava sempre, no mínimo, um ano, um ano e meio a chegar a viatura, e exatamente a mesma coisa se passava em grandes obras e em grandes projetos. -----

-----Passando depois à análise das Grandes Opções do Plano (GOP) disse que o orçamento era composto por rubricas extra GOP e por GOP's. As Grandes Opções do Plano tinham também dentro de si Atividades Mais Relevantes e o PPI, que eram os investimentos. Existiam atividades que pela sua grandeza estavam nas rubricas das Atividades Mais Relevantes, e o PPI tinha a ver exatamente com o investimento nos bens do imobilizado.-----

-----A CMS tinha previsto que os objetivos das GOP's seriam 33,5 milhões de euros e pagara a última rubrica 27,8 milhões de euros, ou seja, 82,94% das GOP's. -----

-----Chamou depois a atenção para algumas rubricas que tinham valores substanciais, nomeadamente, as rubricas da educação que tinha um valor previsto de 4,4 milhões de euros, no desporto, cultura e termos livres, 3,1 milhão de euros, na ação social 627.000€, na saúde 1,3 milhões de euros, na habitação e urbanização 4,5 milhões de euros, no saneamento e salubridade 3,2 milhões de euros, na proteção civil 532.000€, sendo que esta rubrica tinha sido acrescida de um valor, porque durante o ano, o executivo decidira dar um apoio extra aos Bombeiros Voluntários de Sesimbra, através da aquisição de uma viatura de combate a incêndios que os Bombeiros tinham solicitado e em boa hora o Município acedera. -----

-----No desenvolvimento e abastecimento público, onde estava o abastecimento de água, 4,8 milhões de euros. Nas comunicações e transportes tinham também as questões relacionadas com as viaturas, e as atividades do meio 6.000.000 de euros. -----

-----Fazendo em seguida um comparativo entre a receita e a despesa, deu conhecimento que a CMS recebera no ano passado 72,9 milhões de euros, dispendera 63,6 milhões de euros, sendo um saldo de gerência de 9,2 milhões de euros que era o valor que passava para o corrente ano. -----

-----Na reunião das Comissões tinham ficado algumas dúvidas, sendo que iria voltar a falar sobre o assunto. -----

-----Em termos contabilísticos, a CMS tinha de respeitar o princípio do equilíbrio orçamental, o que significava que as despesas correntes tinham de ser inferiores à receita corrente para libertar verba, para

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

fazer face ao investimento. Normalmente, e era assim que acontecia sempre, a receita corrente era superior à despesa corrente e conseguia libertar verbas porque a receita de capital era sempre inferior à despesa de capital, que eram os investimentos que a CMS fazia. -----

-----No caso concreto, a CMS tivera uma receita corrente de 62,1 milhões de euros e uma despesa corrente de 47.000.000 de euros, o que significava que a CMS tivera a chamada poupança corrente de 14,6 milhões de euros. Já quanto à receita de capital ou ao saldo do capital, a CMS tinha tido uma receita de capital de 4,3 milhões de euros para uma despesa de capital paga de 16.000.000 de euros. Ou seja, tivera um défice de 11,8 milhões de euros, fazendo uma, versus a outra, mais o saldo de gerência, que passara de 6,4 milhões de euros, dava os 9,2 milhões de euros que referira atrás. -----

-----Quanto ao endividamento, como era do conhecimento, o Município passara por grandes dificuldades no ano de 2012, porque a todos os municípios era-lhes vedada a possibilidade de transformar dívida de curto prazo em dívida de médio longo prazo. -----

-----O Município acumulava dívida de curto prazo que não conseguia transformar em dívida de médio e longo prazo para poder pagar em mais anos e, portanto, existia uma grande pressão sobre a tesouraria. Fora permitido na altura recorrer ao chamado Plano de Apoio à Economia Local, mais conhecido por PAEL, e a CMS recorrera com uma dívida global de cerca de 34.000.000 de euros, mas daí para cá o Município de Sesimbra reduzira a sua dívida em cerca de 25,8 milhões de euros, 17,8 milhões de euros de empréstimos bancários e cerca de 8.000.000 de euros aos seus fornecedores e credores, chegando ao final do ano de 2022 com uma dívida à banca de 7.075.000 de euros, e uma dívida de cerca de 3.000.000 de euros aos fornecedores e credores, sendo que um dos maiores fornecedores e credores que a CMS tinha em 2012 era, por exemplo, a EDP, a quem devia cerca de 700.000€.

----- Chegava ao final de 2022 com uma dívida de 120.000€, ou seja, reduzira 579.000€, e esta dívida mantivera-se porque era a chamada dívida corrente, que era desde que a fatura entrava, até que depois era conferida pelos serviços e enviada para a contabilidade para ser emitida a ordem de pagamento e depois ser transferida a verba. Muitas delas, não era possível pagar dentro do período económico, mas a CMS tinha de a contabilizar, mesmo que a fatura chegasse no ano seguinte, neste caso, em 2023, e fora exatamente isso que fizera. A CMS contabilizava tudo aquilo que chegara relativamente a 2022, o pagamento é que tinha de ser feito até 31 de dezembro, e não fora possível fazer os pagamentos para essa data e, por isso restavam algumas dívidas, porque poderia ter pagado mais se os fornecedores enviassem as faturas, ou os serviços também tivessem conferido mais rapidamente as mesmas faturas. Algumas delas eram de obras que estavam a decorrer, eram atos de medição e, portanto, tudo requeria

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

uma análise por parte de quem estava a acompanhar as mesmas obras.-----

----- Falara na EDP, por exemplo, mas à SIMARSUL a CMS devia na altura 2,3 milhões de euros e chegara ao final do ano a dever 278.000 euros, ou seja, reduzira 2.000.000 de euros de dívida. À AMARSUL, a CMS devia 833.000€ e chegara ao final a dever 165.000€, menos 668.000€. -----

-----No caso dos outros credores, a CMS devia 3,3 milhões de euros, que era um conjunto de pequenos credores, e chegara ao final do ano a dever 1,5 milhões de euros, ou seja, reduzira para metade cerca 1,5 milhões de euros. Dos fornecedores de investimento, que eram os que faziam as obras, a CMS devia 3.000.000 de euros e chegara ao final do ano a dever 1.000.000 de euros, ou seja, reduzira cerca de 2.000.000 de euros. -----

----- Na altura a CMS tinha 9,9 milhões de euros de endividamento e chegara ao final do ano com 3,1 milhões de euros de endividamento de curto prazo. -----

-----Prosseguindo a sua intervenção, o Vereador José Polido disse que relativamente aos recursos humanos, como já dissera atrás, a CMS incorporara cerca de 400 funcionários, ultrapassando em muito os 1000 funcionários. -----

-----O trabalho que era feito na divisão de recursos humanos ia muito para além do que processar os vencimentos. -----

-----O refeitório municipal confeccionara 13.821 refeições para os funcionários municipais. -----

-----Tinham sido realizados 774 exames ocasionais no que a saúde e segurança no trabalho diziam respeito, 35 exames de admissão para novos colaboradores, 75 consultas de apoio de acompanhamento psicológico a 27 funcionários do Município, 37 visitas programadas no âmbito da segurança do trabalho na Câmara Municipal de Sesimbra. -----

----- Relativamente à formação profissional, tinham sido contabilizadas 449 participações dos funcionários do Município em cerca de 85 ações de formação profissional. -----

-----A CMS também colaborava com o Instituto Português de Sangue e Transplantação, com 3 sessões de colheita de sangue. -----

-----Tinham sido realizados na Câmara Municipal 28 estágios curriculares aos jovens estudantes recém-licenciados dos 34 que que haviam sido solicitados ao Município. A CMS não conseguira dar resposta aos outros 6 podendo existir alguma questão de indisponibilidade de espaço para a realização desses mesmo estágios. -----

-----A CMS continuava com as candidaturas ao programa de emprego e inserção, contrato de inserção mais, a medida de emprego apoiado em mercado aberto, em que tinham sido integrados no município 2

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

colaboradores. -----

-----Tinham sido realizados vários procedimentos concursais para dirigente, de vínculo de emprego público, variadíssimos, entre as mais diversas áreas do município, o que continuaria durante o ano de 2023. -- -----

-----Como como do conhecimento, com aqueles números tinha havido repercussões em algumas obras. Passou depois a destacar as mais relevantes nas mais diversas áreas: -----

-----Na Educação continuava a proceder à adequação dos meios necessários ao desenvolvimento das atividades no que ao pré-escolar, dizia respeito; Na promoção de atividades de animação e apoio às famílias as chamadas AAAF; O alargamento dos horários no início e no fim das aulas letivas para que os pais tivessem também algum apoio na questão da gestão familiar; a CMS apoiava os alunos que frequentavam o primeiro ciclo do ensino básico através da ação social escolar, com o subsídio para aquisição de material escolar, no apoio às visitas de estudo, nos escalões A e B no abono de família;-----

-----Apoio às famílias no que à CAF (Componente de Apoio à Família), dizia respeito, nos serviços de refeições escolares. A CMS continuava a assegurar os transportes escolares geridos pelo Município nas localidades com menos transportes, por exemplo, à Lagoa de Albufeira, que ficava mais afastada, e apesar de haver um reforço de transportes, nem sempre era coincidente com os horários escolares. -----

-----A CMS continuava a fazer a manutenção dos subsídios de funcionamento dos Agrupamentos de Escolas para aquisição de material didático, limpeza, expediente, prolongamento de horários, aquisição de equipamento informático. -----

-----Cedia também as viaturas municipais no apoio às deslocações dentro do Concelho, para visitas e de atividades de caráter pedagógico e lúdico, por exemplo, para a biblioteca;-----

----- No âmbito das transferências da gestão pessoal não docente dos Agrupamentos a CMS também fizera esse acompanhamento. -----

-----Tinham sido prestados diversos apoios a projetos de escola que tinham sido presentes a reunião da Câmara Municipal e apoiados por unanimidade, tendo destacado um projeto em particular, que tinha a ver com a orquestra geração na Quinta do Conde. -----

-----Relativamente à Cultura e Biblioteca, destacou a continuação da concretização do novo projeto no Centro de Conhecimento de Cultura Marítima, mais conhecido por EGRANTS, nas antigas instalações das finanças, junto às instalações da Assembleia Municipal. -----

-----A fase final da recuperação da obra da Capela de São Sebastião, junto ao Cemitério de Santiago, e a promoção e utilização do património edificada do nosso Concelho, como a Fortaleza, o Castelo, a

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Capela, a Moagem de Sampaio, onde a CMS realizava diversos eventos. -----

-----A CMS continuava a apoiar as diversas associações do Concelho no âmbito do chamado programa de apoio ao movimento associativo.-----

-----Tinham sido realizadas no Cineteatro Municipal João Mota diversas ações culturais com artistas de renome nacional. -----

-----Na Juventude e Desporto a CMS continuava a manter os protocolos de apoio regular ao movimento associativo. Como era do conhecimento, a CMS atribuía um subsídio regular, quer à contratação de treinadores, quer à manutenção das próprias instalações a todo o movimento associativo desportivo, sem exceção. -----

----- Fizera também um grande investimento na manutenção geral e na eficiência energética da piscina de Sesimbra para que os custos se reduzissem. -----

----- A piscina estivera parada durante os anos de COVID e todos os equipamentos ou grande parte dos mesmos se não tivessem manutenção entravam em corrosão, ou seja, não tendo a manutenção e utilização, era necessário substituir e fazer algumas manutenções de maior montante. -----

-----A CMS continuava a fazer a beneficiação e conservação dos pavilhões municipais. Realizava as tradicionais provas desportivas da regata das aiolas, a travessia da Baia, a Sesimbra *Night Runner*, a corrida de carrinhos de rolamentos, o corta-mato concelhio, a clássica da Arrábida, o triatlo de Sesimbra, a São Silvestre, o AQUARACE Sesimbra, a manutenção das atividades no Centro Náutico na Lagoa de Albufeira, que iria ser requalificado, fruto de uma candidatura que o Município fizera à requalificação da marginal da Lagoa de Albufeira, que iria ser uma realidade no ano de 2023, assim esperava que a empresa entrasse rapidamente em obra para requalificar todo aquele espaço. -----

-----O Spot Jovem que estava no Parque Augusto Pólvora, também dinamizara várias atividades para os jovens, e ainda a ocupação dos tempos livres para jovens. -----

----- Na ação social, o reforço alimentar nas pausas escolares, o desenvolvimento de atividades, nomeadamente para a população mais sénior, como “O Sempre a Mexer para não Envelhecer” e o Café Memória, entre outros projetos, para além da manutenção dos apoios às instituições, nomeadamente, o apoio financeiro para o alargamento das respostas sociais para os sem-abrigo, e para os alimentos.-----

-----O Município continuava a apoiar também os seus cidadãos no âmbito do projeto REMAR para as famílias mais carenciadas que tinham necessidade de fazer adaptações aos seus imóveis, por exemplo, se tivesse uma banheira para tirar e para colocar um poliban, desde que devidamente analisado pelos serviços de ação social, podiam-se candidatar, e depois, fruto da disponibilidade, a CMS apoiaria, ou, por

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

exemplo, para fazer a ligação ao saneamento. -----

----- Apoiava os refugiados do Leste da Europa, fruto do conflito entre a Ucrânia e a Rússia. Fora também elaborado o Plano Municipal de Igualdade de Género. -----

----- Fora ainda desenvolvido o processo de preparação para a descentralização de competências da segurança social, que viria para a ação social. -----

----- Na Saúde, a grande obra fora a continuação da construção do Centro de Saúde de Sesimbra. A CMS apoiava também várias instituições ao nível de cedência de equipamentos e fizera a aquisição do contentor para o Centro de Saúde da Quinta do Conde. Para além disso, também estivera a trabalhar para a construção do novo Centro de Saúde da Quinta do Conde. Esse processo não constava do documento porque ainda não existia obra no terreno. -----

----- Na Habitação e Urbanismo destacava a construção do Bloco da Mata que estava praticamente concluído. Fora feita a manutenção e conservação do parque habitacional do Município nas 3 Freguesias. Fizera o reforço da melhoria da iluminação pública nas Freguesias, vindo gradualmente a substituir as luminárias pelo sistema LED. -----

----- Mantinha a continuação do desenvolvimento dos processos das AUGI's, tendo em vista a sua conclusão e o finalizar dos processos. O PDM fora concluído e estava de momento, na CCDRLVT à espera da fase de concertação. -----

----- O Município comprara solos na Freguesia da Quinta do Conde. Existia uma dotação orçamental para adquirir no ano passado, mas já fora adquirido este ano, um espaço em frente ao campo de futebol, apesar de todo o procedimento ter sido feito no ano anterior. -----

----- Tinha sido elaborado o Plano Municipal da Estratégia Local de Habitação e continuava a requalificar a Mata da Vila Amália que estava praticamente concluída. -----

----- Relativamente ao Saneamento e Salubridade disse que constava uma rubrica bastante importante para o Município e para os cidadãos, que tinha a ver com as execuções dos coletores para fechar todo o sistema e otimizar o que existia. Tinham sido feitas manutenções nas estações elevatórias, porque caso contrário o afluente que lá chegava, não era transportado até às ETAR's para fazer o tratamento. -----

----- Infelizmente, alguns cidadãos não tinham o chamado dever cívico e colocavam tudo e mais alguma coisa para dentro, quer dos coletores do saneamento, quer dos contentores do lixo. Daí os carros muitas vezes estarem avariados, exatamente porque não se via o que estava lá dentro e depois, quando ia para dentro da viatura partia tudo. -----

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A CMS continuava a fazer a desinfeção geral da rede dos esgotos e sempre que se fazia esse trabalho era quando existiam mais reclamações porque era quando as baratas começavam a sair. Mas era um trabalho que era feito na tentativa de as matar e, como não gostavam de luz solar tentavam-se esconder. -----

-----Fora também feito o reforço do projeto REMOVE. A CMS já tinha pontos de deposição no Zambujal, na Lagoa de Albufeira e na Quinta do Conde, e abrira recentemente na Maçã. Esperava que a população aderisse. Era um local de deposição gratuita de resíduos, monos e verdes e não de RCD's - Resíduos de Construção e Demolição. Também poderiam depositar plástico, cartão e as embalagens nos pontos de reciclagem que a CMS tinha no local. -----

-----Para pequenas quantidades de RCD's a CMS disponibilizava um saco que levava um metro cúbico, e, portanto, quem tivesse uma pequena obra em casa, uma fuga, azulejos partidos e levava um baldinho com RCD's poderia depositar também de uma forma gratuita. Não estava a falar de quem estava a demolir uma casa de banho ou um quarto, e que tinha 1 ou 2 contentores daqueles metálicos grandes cheios. A CMS não fazia esse tipo de trabalho, nem prestava esse serviço. Não queria entrar em competição com o setor privado e nem era essa a função do Município...-----

----- A CMS adquirira diversos contentores com várias capacidades, que de momento já eram insuficientes e já estava com uma rutura de stock e com alguma dificuldade em ter contentores, sobretudo os de 800 l, que eram os verdes maiores. -----

----- Continuava a desenvolver a candidatura aos biorresíduos e fizera a aquisição de várias viaturas.

----- No que dizia respeito ao Saneamento e Insalubridade a CMS vinha fazendo um trabalho no que dizia respeito à recolha de canídeos e felinos e a colocá-los no centro de recolha oficial de animais de companhia (CROAC). -----

-----De momento existia uma situação no Concelho que os serviços não estavam a conseguir capturar cães, um na zona da Amieira e outro no Casal do Sapo porque a captura desses animais podia ser perigosa, porque se o animal não adormecesse logo com o dardo, poderia ir para a via pública e causar algum acidente que poderia ser trágico para alguém. Eram deixadas armadilhas, mas se havia pessoas que lhes davam de comer eles não entravam dentro da jaula onde estava comida. -----

-----A CMS continuava também no programa CED, que era captura, esterilização e devolução e estava-se a referir a colónias de gatos. A CMS todos os anos esterilizava mais de 600 animais. Era dos municípios que mais esterilizava e para a dimensão do Concelho, provavelmente também seria, se não o primeiro, deveria estar muito perto. A CMS continuava também a fazer as campanhas da vacinação

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

antirrábica.-----

----- No Ambiente e Paisagismo estava a fazer a manutenção dos parques urbanos Augusto Pólvora e Parque da Vila.-----

----- O Parque da Vila da Quinta do Conde iria sofrer uma alteração substancial, atendendo a que o sistema da rega tinha ruturas sucessivas e seria todo substituído, para além de que, por motivo de algumas árvores que tinham sido plantadas não se terem adaptado ao espaço, a CMS iria substituir algumas que não tinham o crescimento que seria desejado para proporcionar sombra naquele espaço, assim como iria substituir as que estavam mortas.-----

----- Tinha em curso alguns projetos que tinham sido lançados no ano de 2022, e alguns iriam começar.-----

----- A CMS fizera a manutenção em muitos dos espaços, mantivera os protocolos de gestão dos espaços verdes com as associações de moradores, Urbanização da Roça, com a AMUR, com a Chezambujalense, e na Lagoa da Albufeira com a LIALA. -----

-----Tinha sido feito um reforço da limpeza das praias, daí o Município ter a atribuição nessas mesmas praias da bandeira azul, na Praia do Ouro, Califórnia, Moinho de Baixo e Lagoa Mar, e os prémios de praia acessível também na Praia do Ouro e da praia com poluição zero, porque há pelo menos 3 anos que não era registada poluição na praia da Aldeia do Meco. -----

-----A manutenção do espaço interpretativo da Lagoa Pequena, que era um dos ícones a nível nacional de observação das aves, as aves entravam no Cabo Espichel e um dos primeiros portos para onde elas se dirigiam era para a Lagoa Pequena, que era o seu porto de refúgio. Os amantes daquela arte que era a observação das aves, iam para a Lagoa de Albufeira e para o Cabo Espichel para verem as aves entrarem no território de Sesimbra. -----

-----A CMS também fizera a abertura da Lagoa de Albufeira, reforçara a melhoria dos acessos às praias. -----

-----De momento já estava a fazer a melhoria dos passadiços na Praia do Ouro, com eletrificação e com a substituição também dos estrados que viria nas contas de 2023, mas tinham sido processos iniciados no ano passado. -----

-----A CMS apoiava os projetos da Eco 21 e o corredor ecológico na Várzea da Quinta do Conde.-----

-----Relativamente à Proteção Civil disse que fora feita a manutenção e conservação do posto de vigia no Facho da Azoia, adquiridos vestuários e equipamentos de proteção.-----

----- A Autarquia tinha sempre valores dotados na Proteção Civil para, no caso de haver alguma

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

emergência, se poder socorrer aos valores para adquirir, quer equipamentos de proteção individual, quer maquinaria, portanto, na proteção civil não iriam faltar os meios, mas preferia que esses meios não fossem utilizados porque significava que nada se passava no Concelho ao nível de alguma catástrofe de desastre natural. -----

----- Reforçara o protocolo com os Bombeiros garantindo meios financeiros para a respetiva atividade e iria reforçar no corrente ano. Fora feita uma vigilância muito apertada no Concelho para o controlo de risco de incêndio no nosso Concelho e, como era do conhecimento, a Torre de vigia do Facho da Azoia era aquela que mais rapidamente conseguia detetar um incêndio quer na Península de Setúbal, quer também na Zona Ribeirinha de Lisboa, ou seja, para lá do Tejo. -----

-----No Abastecimento de Água, tinham sido feitas beneficiações na Central da Apostiça e em 6 furos de captação, portanto, um grande investimento. De momento estava a ser desenvolvido também um projeto grande na área da Quinta do Conde no abastecimento do Cabeça do Melão, que iria combinar com 3 novas células de 3.000.000 litros de água, ou seja, 3.000 m³ cada uma. De momento a CMS tinha 6.000 m³ numa única e, iria fazer seccionamento em 3. Faria primeiro uma, depois outra e depois seria demolido o outro para ser feito o terceiro reservatório. -----

----- Tinha sido feita também a manutenção e a substituição de vários troços, vários quilómetros da rede de adução e distribuição nas 3 Freguesias. Realizara o programa de controlo de qualidade da água e mais uma vez o Município de Sesimbra recebera o selo de prémio de água excelência para consumo humano. Tinham sido realizadas higienizações e beneficiações dos reservatórios que já estavam pintados, nomeadamente nas Caixas, no Facho de Santana, no Pascoal, entre outros. Fora terminada a conduta que ligava o reservatório junto à torre de vigia da Azoia à Aldeia da Azoia e faltava fazer a ligação entre esse mesmo reservatório e o Zambujal, mais propriamente junto ao restaurante da Tia Isaura, onde a CMS tinha um *booster* que era uma maquineta que dava pressão na água. Portanto, a conduta teria de ser toda substituída para que toda aquela zona ficasse sem problemas no abastecimento de água porque a infraestrutura da Azoia estava boa, mas se a água não chegasse a essa mesma infraestrutura, nada serviria, e, portanto, a CMS tinha de garantir que essa infraestrutura operasse em condições. -----

----- Para além disso, também interessava à Autarquia porque depois se houvesse algum problema no abastecimento mais para baixo, na estrada do MFA, a água poderia descer ou então descer mais à frente em frente ao Moinho da Azoia pelos cabeços, e por aí fora até ao Casalinho. -----

-----Fora dado início também à colocação dos próprios equipamentos no controlo de pressão dos caudalímetros a instalar nas infraestruturas criadas pelo Concelho, tendo em vista uma maior eficácia do

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

sistema, ou seja, na telegestão, no reduzir a pressão e também no aumento dessa mesma pressão.-----

-----O serviço da gestão comercial, ou seja, da faturação através dos contadores inteligentes da telegestão iria fazer a outra parte. Seria instalada uma série de umas centenas de contadores inteligentes. -----

----- Relativamente às atividades económicas informou que tinha sido consolidado o projeto das hortas solidárias com a atribuição agora recentemente de mais talhões nas hortas de Sampaio, onde a CMS tinha a vinha, e onde tinha também um parque com oliveiras. A CMS queria fazer ali um grande Parque Urbano e para isso também estava a desenvolver um projeto para o jardim próximo da escola da CERCIZIMBRA que seria todo remodelado. -----

----- A CMS vinha recebendo algumas reclamações e pedidos de abate de alguns daqueles pinheiros mansos que lá estavam. Fora feita uma poda preventiva em alguns deles e abatera 1 ou 2 e iria abater a grande maioria, mas só após ter um projeto com a substituição daquelas árvores naquele local e que os cidadãos pudessem ver. Para além disso, e ele tinha a mesma opinião, todos os outros primeiros mansos que estavam em frente ao segundo talhão das hortas solidárias deveriam ser substituídos por outro tipo de árvores porque os pinheiros mansos tinham as raízes que estavam a danificar as infraestruturas, não só as que estavam enterradas, mas também as estradas, os passeios e, portanto, também teriam de ser substituídos. -----

-----O pinheiro manso era bonito, era uma árvore que criava uma copa grande, que tinha grande imponência, mas não podia ser colocado junto daquele tipo de infraestruturas, habitações ou de muros, porque com as raízes ia destruindo tudo.-----

-----A Autarquia continuava também a fazer manutenções no Parque de Campismo do Forte do Cavalo. -----

----- Realizara as comemorações do Dia do Pescador, do Dia Nacional do Mar, dinamizara vários eventos de promoção de produtos locais, como a ZIMBRAMEL, a Mostra da Maçã Camoesa, a Quinta na Moagem, ou as quinzenas gastronómicas. -----

-----Na Toponímia, Trânsito, Transportes e Rede Viária, a CMS continuava a atribuir topónimos um pouco por todo o Concelho com a colaboração das Juntas de Freguesia, fizera repavimentações e conservação de estradas e caminhos no Concelho. Não tinham sido quantos a CMS gostaria de ter feito, mas tinham sido feitos alguns no que à repavimentação e conservação dizia respeito. -----

-----Fora concluído os passeios na HUB10 da Quinta do Conde. Fizera a aquisição de várias viaturas para os serviços, tinham sido repostas calçadas e passeios, nomeadamente na Vila de Sesimbra, com

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

substituição do tipo de pedra para que as pessoas não escorregassem e fazer quase um travão para quem circulava nos passeios. -----

-----Tinham sido feitas as pinturas da sinalização horizontal e passadeiras para os peões. Era um trabalho cíclico, e que se tinha de fazer com alguma regularidade e fora feito também o reforço da instalação de raides de proteção.-----

----- Relativamente à Modernização, Qualidade, Comunicação e Logística tinham sido realizadas melhorias substanciais às instalações dos serviços operacionais da Fonte de Sesimbra e Quinta do Conde para criar condições para quem os utilizava com a criação de espaços para todos os serviços. -----

-----Tinham sido concretizados os programas de auditoria interna. -----

-----Tinha havido uma ampliação e uma modernização do sistema informático do Município, com a criação também de plataformas online. -----

-----Fora feita uma renovação da frota automóvel, que era contínua e, portanto, a Autarquia iria continuar a adquirir mais viaturas no corrente ano, estando previsto a aquisição de mais de um milhão de euros em viaturas, não só automóveis, mas também máquinas para os serviços onde se incluía por exemplo um trator. -----

-----Fora concluído o posto de abastecimento de combustível na Fonte de Sesimbra. -----

-----Adquirido vestuário, de uma forma geral, para os serviços da Câmara Municipal. -----

-----Fora feita a promoção da eficácia energética nos edifícios da autarquia, tendo em vista a redução da fatura energética. Fora reposta a iluminação do Castelo. -----

-----Tinha-se verificado a continuação da substituição de luminárias LED um pouco por todo o Concelho e substituídas as luminárias e as colunas na marginal nascente, na Vila de Sesimbra.-----

-----Após apresentar as atividades que considerara mais relevantes, o Vereador José Polido disse que o Município de Sesimbra tinha implementado uma ferramenta de trabalho, a chamada contabilidade de custos por funções, funções gerais, funções sociais e funções económicas. Como o Município tinha o sistema da AIRC ainda não estava a apresentar a estrutura em pleno como deveria de ser apresentada, portanto, a CMS estava em conversações com a AIRC, e não era só Sesimbra, mas variadíssimos municípios do norte, a sul do país que tinham o sistema e, portanto, o que estava apresentado era ainda com base no sistema do POCAL. -----

-----Para não se alongar muito, porque só o balancete eram 1700 páginas, quis referir que o Município tinha participações e estava nas chamadas entidades intermunicipais, na AIA, Agência Intermunicipal de Abastecimento de Água para a Região de Setúbal, que fora uma instituição constituída

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

exatamente com o objetivo de fazer face a investimentos de grande montante para toda a Península de Setúbal, para os 9 municípios, da qual Sesimbra também fazia parte. O que estava acordado era que os municípios iriam receber, num único ponto, o abastecimento de água através da infraestrutura. -----

-----A instituição fora constituída porque no Estado Central só era permitido investimentos no abastecimento de água se houvesse uma agregação dos municípios e, no caso em questão, o Município de Sesimbra estava a trabalhar com os 8 municípios da Região de Setúbal, tendo em vista o desenvolvimento de projetos para o abastecimento de água. -----

-----No caso de Sesimbra, a água iria ser entregue no Cabeça do Melão, na Quinta do Conde porque como o sistema estava interligado, a CMS conseguiria colocar água do Cabeça do Melão nas Fontainhas, das Fontinhas para a Apostiça e depois da Apostiça em Sesimbra, caso fosse necessário, ou então na zona da Lagoa de Albufeira. Se fosse colocado o ponto de água, por exemplo, na Apostiça, teria de a bombear com o custo energético que isso teria, e, portanto, era uma ineficiência dos próprios serviços e assim, aproveitando a eficiência era entregue num determinado ponto a um determinado valor. Sesimbra escolhera exatamente aquele até porque era o sítio, para que o sistema, nessa altura, fosse o mais barato para todos os municípios, portanto, tinha de ser naquele local. -----

-----Também tinha participação na ENA, Agência de Energia Natural da Arrábida, que vinha colaborando com o Município sobretudo na questão das eficiências energéticas. A CMS tinha recentemente um contentor na Quinta do Conde para quem quisesse verificar se a sua fatura energética era muito elevada, ou menos elevada, e também na questão dos óleos alimentares usados. -----

-----As entidades associativas municipais eram a AMRS - Associação dos Municípios da Região de Setúbal, a ANMP - Associação Nacional dos Municípios Portugueses, a Associação da Rede Portuguesa dos Municípios Saudáveis, a AML - Área Metropolitana de Lisboa que mais recentemente tinha o projeto da TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa. -----

-----As empresas participadas do Município, aquelas em que o município tinha ações, eram a AMARSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos, que era a entidade que recebia os resíduos da CMS e era responsável pela recolha dos recicláveis, papel, cartão e embalagens, a MUNICÍPIA, a empresa de cartografia e sistemas de informação que estava sediada em Oeiras. Era a empresa que fazia muitos dos voos de cartografia utilizados não só pelos municípios, mas por muitas entidades, e a SIMARSUL, Saneamento da Península de Setúbal que era a entidade que tratava o afluente, o saneamento. -----

-----O Município tinha outras participações: no FAM, Fundo de Apoio Municipal. Já falara na adesão ao PAEL, mas este tinha no FAM um valor de 1.400.000€ que o Município já subscrevera na íntegra,

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

portanto, Sesimbra era detentora de unidades de participação daquele Fundo de Apoio Municipal. Portanto, tal como a Banca, os municípios tinham sido obrigados a constituir aquele fundo, para fazer face a eventuais dificuldades que um município, ou outro, atravessasse no País. -----

-----O Município também participava na Arte em Rede, no âmbito da oferta cultural, e na ADREPS Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal, que bastante importância vinha tendo para o Município, sobretudo na captação de verbas para serem feitos investimentos no território, nas mais diversas áreas, desde o turismo natureza, a atividades de pesca. Um dos exemplos era a ARTESANAL PESCA, a MECOMAR, a DOCAMARINHA, entre outras. As Associações de Pescadores também tinham beneficiado e muitas empresas ligadas ao turismo têm recorrido, para além de padarias e de outros investimentos que recorriam àquela entidade parceira nos financiamentos. -----

----- Prosseguindo a sua intervenção disse que o enquadramento fiscal do Município era um enquadramento misto, gozava de isenção total do que ao IRC dizia respeito, mas se tivesse dividendos seria uma isenção parcial. Os dividendos de capital eram tributados em IRC. Para efeitos de IVA, a CMS estava num regime misto de afetação real, o que significava que só poderia deduzir o IVA em determinadas áreas, no caso seria o parque de campismo e a produção e distribuição de água. A CMS só poderia deduzir o IVA nas despesas efetuadas no parque campismo, porque liquidava IVA, e o mesmo acontecia na fatura da água nos chamados serviços urbanos. Só poderia deduzir na conduta da água, mas não poderia deduzir, por exemplo, se houvesse uma empresa que fizesse a recolha do lixo, e aí teria de pagar.-- -----

----- Respondendo ao Deputado Carlos Oliveira, disse que a partir da página número 74, tinha um conjunto de quadros que os municípios eram obrigados a fazer para entregar naquelas caixas de resmas de papel ao Tribunal de Contas.-----

-----Acrescentou que falara de execução orçamental que era o orçamento e de seguida iria falar nas contas, balanço versus demonstração de resultados, e para além disso, ainda tinha as entidades de supervisão, nomeadamente a ERSAR, para a qual tinha de extrair da contabilidade balancetes individuais respeitantes à água, saneamento, resíduos, para que essa mesma entidade validasse as contas para o Município poder aplicar o tarifário. -----

----- Prosseguindo a intervenção o Vereador José Polido disse que no saneamento básico, a CMS, no ano anterior tivera um custo de 2,1 milhões de euros, ligeiramente superior de cerca de 60.000€ face ao ano anterior, mas relativamente ao serviço de recolha de recolha e tratamento de resíduos, tivera um custo superior ao saneamento, um custo de 2.169.000€, face a 1.700.000€ do ano anterior. Ou seja, um

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

crescimento muito elevado. De momento, a tarifa era cerca de 90€, quando em 2019 era de 20€, e não se conseguia ver a melhoria da qualidade do serviço prestado às populações. -----

-----Prosseguiu referindo outro apontamento que tinha a ver com a energia. A CMS, no ano anterior, na eletricidade, gastara cerca de 2.030.000€ e no corrente ano gastara 2.069.000€. Toda a gente sabia que tinha havido o acréscimo do valor dos combustíveis, só que a CMS tinha o acordo assinado e daí não ter tido também um acréscimo muito grande face a outros valores. -----

-----Passando depois para a análise financeira pura e dura de um balancete, disse que se a CMS fosse uma empresa privada de certeza que iria receber bónus, porque o Município tivera um resultado líquido de 5,4 milhões de euros, um património ativo total de cerca de 180,6 milhões de euros, um prazo médio de pagamentos inferior a 30 dias, ou seja, o Município de Sesimbra pagava aos seus fornecedores com um prazo médio de pagamento inferior a 30 dias e tudo faria para honrar o compromisso. -----

-----Informou depois que o relatório do auditor fora enviado para a Assembleia Municipal. Todos tinham feito um grande esforço para que o relatório estivesse presente na Assembleia Municipal, aquando da votação dos documentos. Agradecia a todos os serviços que tinham estado envolvidos. -----

-----Como era do conhecimento, um dos fatores tinha a ver com o cálculo das amortizações dos investimentos da CMS. Existiam algumas obras que apesar de já estarem em utilização formalmente, ainda não tinham a ficha de inventariação devidamente preenchida por parte do serviço que acompanhava a obra. Tinha sido feito um esforço muito grande por parte dos serviços na inventariação. Tinha sido também feito um grande esforço por parte do serviço da Divisão de Gestão de Aproveitamento e Património, mais concretamente o património imobiliário, e fora feito um grande esforço pela Divisão Financeira para conciliar tudo para que as contas no que essas provisões diziam respeito, constassem da documentação. -----

----- Para além disso, também tinha sido feito um grande esforço para evitar que viessem as reservas que normalmente vinham nos anos anteriores, que tinha a ver com os contratos de concessão porque, face ao novo normativo legal, o SNC-AP, a CMS era obrigada a refletir os contratos de concessão nas suas contas, mas não podia era obrigar a que essas entidades que tinham as concessões entregassem todos os dados e, portanto, uma entidade, a AMBINECRO, o Crematório da Quinta do Conde, entregara os dados e a CMS incorporara nas contas, e tivera cerca de 1.000.000€ de acréscimo, nos ativos que depois fora deduzido das amortizações, e esse valor estava refletido na documentação, mas, infelizmente não conseguira o mesmo dos outros 2 concessionários, da SIMARSUL e da E-redes. Este ano constava uma ênfase porque a CMS conseguira registar, mas tinha a reserva relativamente aos outros 2 concessionários

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

que ainda não tinham entregado. -----

-----Para além disso, havia uma reserva que se mantinha. A CMS registava nas suas contas todas as dívidas que eram comunicadas pela autoridade tributária, o chamado princípio da especialização do exercício ou da prudência. A seguir fazia uma previsão dos montantes que a CMS entendia que não seriam cobráveis. Já afirmara mais do que uma vez, que entendia que quer o IMT, quer o IMI, eram impostos que incidiam sobre um bem material e, portanto, existia uma grande probabilidade de vir a ser recebido, assim a autoridade tributária exercesse esse mesmo direito. A CMS tinha de acreditar que a atividade tributária, quando comunicava que os cidadãos, as empresas eram devedoras de determinados montantes ao município, que seria muito expectável, que a CMS viesse a receber, daí fazer previsões tendo em vista essa perspetiva de vir a receber e era isso que estava refletido na documentação. -----

-----A CMS vinha mantendo o princípio da coerência ao longo dos anos e explicava exatamente porque é que o fazia, e o que era um facto era que recebia, por exemplo, o imposto da Sisa, que era um imposto que já estava extinto há muitos anos e atualmente, passados anos, pelo menos um dos devedores, chegara a acordo com a autoridade tributária e estava a pagar mensalmente o valor e, portanto, era uma receita extraordinária dos impostos abolidos e que vinha sendo paga. -----

-----Como era do conhecimento, os tribunais levavam anos e anos a dirimir aqueles argumentos e, se calhar num outro mandato iriam receber alguns valores dos anos atrasados. -----

-----Portanto, mantendo o princípio da coerência, da especialização do exercício, e da prudência, a CMS tinha isso refletido nas suas contas. -----

-----**O Presidente da AMS** disse que o Relatório do Revisor Oficial de Contas tinha sido recebido atempadamente e difundido de imediato por todos os deputados, assim como a toda a informação relativa ao ponto. Tinha sido referido pelo Sr. Vereador José Polido o esforço, e muito bem, por parte de uma série de entidades, serviços, e pessoas, mas na AMS também tudo fora desenvolvido e jogado com datas para permitir um maior tempo de reflexão, análise e de trabalho. -----

-----Recordou de seguida que o assunto fora a reunião de CMS no dia 12, a AMS recebera a documentação no dia seguinte, as Comissões tinham reunido no dia 20. -----

-----Disse depois que queria publicamente, de forma natural, quer a título pessoal e acreditava que também de toda a Assembleia Municipal, fazer um reconhecimento publico de apreço pelo trabalho do Dr. Sardinha que ao longo dos anos, sempre se manifestara disponível para prestar à AMS uma colaboração aberta e esclarecedora. -----

-----**O Vereador José Polido** agradeceu disponibilidade por parte da Assembleia Municipal em ter

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

realizado, de facto, as reuniões, porque a CMS tinha prazos a cumprir e as contas, a serem aprovadas pela Assembleia Municipal, tinham de entrar no Tribunal de Contas até dia 30 de abril, sendo que todos os ficheiros que já referira, demorariam, no mínimo, mais de 1 dia a serem carregados no sistema para serem validados. -----

-----Interveio em seguida o **Deputado Carlos Oliveira**, que após cumprimentar todos os presentes disse que o Sr. Vereador apresentara um conjunto de números que parecia a “Alice no País das Maravilhas”, porque realmente o dinheiro entrava a pontapé na Câmara Municipal, mas com tanto dinheiro a entrar, não precisava de vir na prestação de contas, números que a serem reais, eram perfeitamente despropositados. -----

-----O impacto do COVID em 2022 representara qualquer coisa, como 212.000€, e não valia a pena vir com 3.000.000€ porque a diferença tinha a ver com o que já vinha desde o ano de 2020, 2021 e isso já a AMS já analisara nos outros relatórios e contas, portanto, não valia a pena estar a inflacionar determinados números e seria muito mais simples apresentar apenas o quadro que estava na página 2 e dizer que fora 212.900€ relativamente ao ano 2022. Na sua opinião não havia necessidade. -----

-----Disse depois que na página 7, era dito que já tinham sido enviados elementos referentes à inventariação dos bens imóveis das várias escolas, concretamente os bens de secretarias, refeitórios, que tinham sido bens transferidos no processo de descentralização e que ficara acordado com os diretores de agrupamento, o envio de uma grelha em *excel* com os elementos necessários a informar quais os bens que estavam nas escolas para se proceder à inventariação. A questão que colocava era se aquele trabalho já fora feito. -----

-----Outra questão tinha a ver com o IMT. Os números mostravam que, relativamente a 2021, tinham sido cobrados 12.030.623,20€, e em relação a 2022, foram cobrados 14.681.487,94€, que era exatamente a mesma quantia que tinha sido cobrada em 2021, porque uma coisa eram os nomes e outra coisa era, como é que apareciam. -----

-----Na Quinta do Conde o preço médio por metro quadrado, passara de 2021, de 1.702 euros por metro quadrado, para 2.090 euros por metro quadrado em 2022. Em relação às Freguesias do Castelo e de Santiago mantivera-se mais ou menos a mesma coisa sem grande alteração, ou seja, na Quinta do Conde subira 22,7% relativamente ao ano anterior, o custo do metro quadrado. Santiago e Castelo descera 0,02%, o que significava que o diferencial entre a variação de preço seria de 22,9%, enquanto o diferencial relativamente àquilo que fora a cobrança fora de 22,03%. Ou seja, feitas as contas verificava-se que o diferencial tinha a ver com aumento dos preços do metro quadrado, da venda dos edifícios. ----

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- E, portanto, aquilo que eram as transações, elas tinham-se mantido estáveis, num determinado nível, eventualmente até com alguma pequena quebra, mas era insignificante relativamente ao valor. --

-----Portanto, os 2 milhões a mais não significava que vinha mais gente, porque o nível de transações, estava exatamente igual a 2021 e, portanto, não valia a pena “dourar muito a pílula”. Os números eram interessantes, havia mais 2 milhões, mas isso tinha a ver com o aumento do custo dos imóveis, que também depois se refletia nos aumentos dos outros custos.-----

----- Relativamente às receitas próprias existiam algumas que caíam relativamente a anos anteriores e outras que subiam, bastante relacionadas com as transferências correntes e tinham a ver com as escolas, eram 4.000.000€ que tinham entrado, mas no fundo era um prejuízo, porque tinham mais custos do que receitas, e não valia a pena empolar muito aquela questão. -----

----- Quanto à análise das GOP's, ele não estaria muito satisfeito com os resultados, porque na educação apenas tinham sido cumpridos 58,97%. Em relação à cultura e o desporto não fora mau, mas podia ser melhor, 77,96%. Nas comunicações e transportes 58,96%, o que era realmente muito abaixo daquilo que estava efetivamente programado. -----

-----Na defesa do meio ambiente, aparecia 29,61% de execução. -----

-----Era verdade que existiam algumas áreas, nomeadamente a questão da proteção civil, que foram 156% relativamente àquilo que estava previsto, saneamento e salubridade, foram 127% relativamente ao que estava previsto, e em relação à saúde 106% relativamente àquilo que estava previsto. -----

-----O facto de haver para determinadas áreas o aumento da capacidade de execução não queria dizer que depois, em áreas importantes, como por exemplo, a questão da educação, apenas se tivesse ficado nos 58,97%.-----

-----Portanto, não se podia bater palmas e dar os parabéns relativamente às GOP's porque existiam algumas falhas que não deveriam ser tão grandes, admitia-se uma pequena quebra relativamente a algumas destas rubricas, mas quebras de quase 50% eram quebras bastante importantes.-----

----- Em relação a uma outra questão que fora referida pelo Sr. Vereador, que tinha a ver com o total da redução da dívida da Câmara Municipal, eram apresentados números que não faziam qualquer sentido. -----

-----Era dito que o diferencial entre 2013 e 2022, o que não era mentira, mas não fazia sentido, o que era uma coisa diferente.-----

-----O Sr. Vereador falara, por exemplo, da EDP. Fizera-se uma amortização de 579.059,08€, era verdade, mas vinha sendo amortizado desde 2013 até agora, portanto, a amortização que interessava era

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

a amortização de 2021 para 2022 porque tudo o resto para trás, já fora objeto de relatórios e contas de apreciação da Assembleia Municipal. Portanto, mais uma vez, vinha um conjunto de números e o resultado final não tinha a ver com a relação entre 21 e 22, mas vinha de 2013 até 2022 e não fazia sentido aquele tipo de análise. -----

-----Uma questão que colocava tinha a ver com a parte das GOP's na formação interna e gostaria de saber horas de formação e volume de formação para se poder, relativamente ao número dos funcionários, apreciar o esforço que era feito em termos de formação, e seria certo se também tivesse conhecimento da formação, mas isso seria mais genérico. -----

-----Relativamente aos trabalhadores havia uma questão que lhe chamara a atenção. Havia de momento, grosso modo, 1.236 trabalhadores, juntando os que estavam efetivos mais os que estavam a contratos a termo, e verificara que existia qualquer coisa como 18.875 dias de baixa por doença, o que daria uma média de 15,27 dias por funcionário. Era um número bastante importante. Aquilo que deixava como pergunta ao Sr. Vereador e à Câmara Municipal, era que com um volume tão elevado de baixas, se a Câmara Municipal não tentava verificar qual era a origem disso, se era por falta de condições de trabalho, se era por enfim por outras razões, em que pudesse haver uma intervenção para reduzir o número de dias de baixa relativamente aos funcionários da Câmara. -----

-----Mais complicado ainda eram as baixas por acidente. Eram apresentados 77 trabalhadores com baixas por acidente, que davam 2.464 dias de baixa, com 32 dias de média por trabalhador. Também seria interessante saber o que é que se passava do ponto de vista de higiene e segurança no trabalho para se verificar um número tão elevado de baixas por acidente. -----

-----Era evidente que aquelas baixas seriam essencialmente pelo pessoal que estaria nas obras, nas estradas, enfim, num trabalho mais pesado, e não seria tanto, eventualmente, pelos funcionários administrativos, e, portanto, reforçava mais ainda a necessidade de haver uma verificação e uma atenção séria sobre a questão. -----

-----Por outro lado, aparecia, em termos de trabalho suplementar, 18.658 horas, o que dava uma média dividindo por todos os trabalhadores da Câmara de 158 horas por trabalhador, ou seja, estava quase a atingir as 200 horas do código do trabalho relativamente à totalidade dos trabalhadores, o que significava que efetivamente haveria quem ultrapassasse, em muito, as 200 horas do trabalho do trabalho suplementar. -----

-----Quanto ao quadro das funções económicas, página 51, era dito: *“Nas funções económicas, a gestão autárquica, manteve o seu enfoque no esforço de continuidade do investimento nas funções de*

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Indústria e Energia e de Transportes Rodoviários que, juntas, recebem 69,9% do esforço financeiro tido com funções económicas, por forma a dar continuidade ao reforço de infraestruturas básicas para o concelho” , mas somando o esforço que fora feito relativamente àquelas funções surgia o esforço de 13,9% que lá estava escrito, portanto havia uma diferença relativamente àquilo que se escrevia e o que se apresentava em termos de quadro. -----

-----Finalmente, e face à intervenção do Sr. Vereador sobre a questão da nova estrutura que seria criada relativamente à gestão das águas dos concelhos da margem sul do Tejo, o que iria acontecer seria uma ironia do destino tramada. Deveria ser uma legislação feita pelo atual Governo e lembrava-se que há uns anos atrás, 20 anos atrás, a posição do Partido Socialista do Concelho de Sesimbra em que dissera Cobras e Lagartos, só de uma ideia que surgira na altura em que era exatamente fazer uma estrutura de gestão da água exatamente igual a esta, e o argumento que o Partido Socialista naquela altura apresentara, era que a água que estava em Sesimbra, por baixo de Sesimbra, era do Município e, portanto, se fosse construída uma estrutura daquele tipo, iriam levar a água toda e Almada, que hoje era PS, iria ficar também com uma parte da água de Sesimbra. -----

-----Esta situação vinha provar, ao fim destes anos, que tal como noutras áreas, como o saneamento e como os resíduos, provavelmente seria melhor gerir em conjunto. Provavelmente os investimentos seriam menores.-----

-----Ele próprio defendera que deveria ser uma entidade que reunisse os municípios porque existiam municípios que no Verão tinham mais balanceamento e menos balanceamento de água e, portanto, seria preciso estarem todos a investir para picos, porque o que se fazia desde há muitos anos a seguir, ao 25 de Abril, porque se lembrava e acompanhara todo o investimento que fora feito, sempre se trabalhara para os picos, porque o grande problema de Sesimbra não era quando não havia picos, mas sim quando vinha toda a gente para a praia e não havia água, nem para beber, nem para tomar banho, nem coisa nenhuma.

-----Mas também defendia que não se devia seguir o caminho que fora feito com a AMARSUL e com a SIMARSUL, que fora criar uma empresa que acabava por sugar em vez de gerir como devia ser, o património do Município. Sabia-se como é que muitas dessas empresas funcionavam em termos de gestão, que eram um verdadeiro desastre, porque nem sequer eram empresas verdadeiramente, empresas privadas que pudessem, no fundo, ter uma gestão mais eficiente. -----

-----Usou em seguida da palavra, o **Deputado António Marques** que após cumprimentar todos os presentes disse, relativamente à intervenção do Deputado Carlos Filipe que o Partido Socialista era um partido ativo e que ia acompanhando a evolução dos tempos e que ia mudando de opinião e não era um

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

partido estático e estavam ali para ir evoluindo e construindo o Concelho e o País. -----

-----Relativamente à intervenção do Sr. Vereador, disse que fora um ano em que as receitas tinham sido muito boas, numa rubrica ou outra até tinham excedido as expetativas e o previsto, e o que perguntava era se esse aumento de receitas, potenciara o aumento das infraestruturas, nomeadamente na rede viária, e se ao longo do ano se conseguira investir mais do que o que estava previsto, e se efetivamente se conseguira ter o objetivo de alavancar novas obras ou se as receitas do ano 2022 poderiam potenciar novos investimentos que não estavam previstos para o ano 2023, visto que se fechara o ano agora.-----

-----Relativamente à dívida da EDP o Sr. Vereador referira que estava a baixar gostaria de saber se, em termos de taxas de passagem, que a EDP pagava, se de alguma forma poderia potenciar o pagamento da dívida. -----

-----Disse depois que na apresentação do Sr. Vereador parecera ouvir que a autarquia iria adquirir um terreno junto ao Campo da Vila Amália e gostaria que clarificasse.-----

-----Interveio depois **a Deputada Sílvia Montanha** que disse que tinha umas questões a colocar: -----

-----Conforme referido pelo Relatório de Auditoria, existiam 2 contratos de concessão que não tinham sido entregues aos auditores, tendo perguntado que ativos concessionados eram aqueles e qual era o valor no ativo que estava a influenciar as contas. -----

-----Sabendo que era de relativa importância a cobrança de impostos perguntava se não tinha o município instaurado a autoridade tributária para cobrar os devidos valores, evitando assim uma perda de 200.885,27€ em cobranças. -----

-----A despesa com pessoal 25,8 milhões de euros representava 54,19%, perguntando se significava que mais de metade do orçamento do Município ia para ordenados. -----

-----Disse depois que gostaria de saber o descritivo dos serviços externos porque com uma carga de 35,7%, correspondente a quase 15.000.000€, perguntava se 11.000.000€ eram outros serviços.-----

----- Com saldo de gerência tão enaltecido no relatório de contas era sinal de boa gestão do executivo camarário e significava que tudo tinha sido cumprido, perguntando se sendo a execução orçamental da despesa de 82% se estavam a cumprir todos os compromissos.-----

----- Uma Câmara Municipal com lucro perguntava porque é que tinha havido necessidade de contrair o empréstimo. -----

----- Interveio em seguida, **a Presidente da Junta de Freguesia do Castelo**, Maria Manuel, que após cumprimentar todos os presentes destacou, ao nível do apoio social, tudo aquilo que a Câmara fizera

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

durante todo o ano, e queria também enaltecer o trabalho que vinha sendo feito no apoio social a famílias carenciadas, e ao comemorar o 25 de Abril, lembrava que tal situação não se verificava nos negros anos antes do 25 de Abril e seria bom que todos se lembrassem disso porque hoje em dia, o poder local conseguia apoiar aqueles que tinham mais carências, e estender a mão a quem não conseguia ter uma vida desafogada, coisa que antigamente não seria possível.-----

-----Perguntou depois se nos 72% de execução estava o apoio que a CMS prestava através do Gabinete de Apoio ao Imigrante, de apoio aos refugiados, de apoio àqueles que vinham de outros países porque queriam para dar melhores condições de vida aos seus filhos, queriam trabalhar, ou aqueles que vinham fugidos de uma guerra. Portugal nunca fora um país xenófobo e esperava que nunca viesse a ser.

-----Referindo-se aos 58% de execução na Educação e como também já fora referido, estava-se a falar sobre o investimento que era feito pela Câmara, perguntou porque é que a execução não fora maior. Tinha a certeza que fora maior através de outras iniciativas, porque claramente a Câmara não queria que a cultura do analfabetismo que existia até 1974, se mantivesse e as pessoas pudessem ser manipuladas.-----

----- Perguntou depois quanto é que fora gasto na divulgação de iniciativas e em tudo aquilo que fora feito pelos vários pelouros da CMS, entregues a vários partidos, e bem, porque a política da Câmara era de não haver censura e partilhar tudo aquilo que era o trabalho feito por todos os vereadores, independentemente do Partido.-----

-----Interveio depois o **Deputado Paulo Caetano** que após cumprimentar todos os presentes disse que a intervenção anterior o deixara mais uma vez a pensar sobre o que é que se tinha antes do 25 de Abril, e o que é que se tinha atualmente, e nunca conseguia deixar de esquecer um fator absolutamente incontornável: não estava ninguém a morrer em África a combater nas colónias numa guerra injusta para todos. - -----

-----Voltando ao assunto em debate, a pergunta que lhe apetecia fazer era que perante um retrato tão positivo e maravilhoso o que é que não corra bem, mas depois de uma troca rápida de impressões, chegara à conclusão que não valia a pena fazer a pergunta porque provavelmente adivinharia a resposta, mas colocava a questão de outra forma. Na verdade, era um documento técnico como o Sr. Vereador José Polido referira e reportava um conjunto de opções que tinham sido tomadas em 2021 sobre o orçamento previsto para 2022, e a documentação em apreço era o relatório de contas dessas opções, e na verdade política do assunto existia sempre uma questão de opções, aliás, os Vereadores do Partido Socialista na votação em reunião de Câmara do relatório e contas, na sua declaração de voto, até

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

realçavam a questão das opções a propósito do saldo de gerência para a gerência seguinte que se cifrava nos 9.000.000€, e, portanto, existia uma questão de opções, existiam necessidades prementes, e utilizando exatamente a expressão dos Vereadores do Partido Socialista, que poderiam beneficiar de alguma da verba do saldo de gerência, vias, meio ambiente, e por aí fora. -----

-----Ao ler os documentos e ouvir a intervenção do Sr. Vereador surgira uma questão que tinha a ver exatamente com as questões ambientais. Fora reportado um conjunto de associações e de compromissos que a CMS tinha com a ADREPS, com a Associação de Municípios e com uma lista infindável de associações, mas sempre o intrigara, de alguns anos para cá, porque é que o Município não apostava fortemente numa plataforma municipal dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da qual fizesse parte a chamada ODS local, pagando uma adesão de 0 euros, ou seja, seria apenas um município que observava, explorava aquilo que se passava e não participava ativamente numa plataforma de interação municipal, de trocas de experiências, de boas práticas, projetos, tudo relacionado com os objetivos de desenvolvimento sustentável e o Município de Sesimbra tinha, precisamente, zero projetos e zero boas práticas. -----

-----Não queria dizer que pelo facto de ter o plano base que apenas custava 0 euros, não pudesse ter aqueles projetos e aquelas boas práticas. Uma pessoa ficava a pensar que se calhar implicaria verba que eventualmente poderia não estar disponível, nomeadamente a adesão à plataforma no plano mais avançado implicaria a extraordinária verba de 1.626€ ano. Mesmo assim, poderia pensar que sempre era dinheiro, de qualquer maneira, existiam outras atividades em que poderia participar, que implicavam já alguns milhares, por exemplo, a capacitação de funcionários que significava 2.500 euros, um dispositivo interativo que poderia ser colocado e que servia para divulgação dos objetivos atingidos de desenvolvimento sustentável que eram 15.000€. -----

-----Claro que se somava e se pensava que se calhar era uma verba significativa e a CMS não se poderia dar ao luxo de despender, mas, efetivamente, ouvir o extrato das contas, e ter 9.000.000 de euros de saldo de gerência, voltava-se à questão das opções e havia claramente uma divergência ou pelo menos um conjunto de opções que, se calhar, podiam ser tomadas de outra forma, nomeadamente no exemplo que indicara e uma aposta fortíssima na questão do desenvolvimento sustentável nas questões ambientais. -----

-----Perguntou de seguida porque é que não havia investimento naquele tipo de capacitação de funcionários, relatórios, laboratórios de sustentabilidade, que implicava verba que, aparentemente, com aquele relatório de contas e com aquele retrava que acabara de ouvir, existia. -----

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Portanto, chegava mais uma vez à questão essencial que era uma questão que obviamente distinguia posições das diferentes bancadas que estavam na AMS e que orientava em parte o seu sentido de voto. As contas estavam na questão técnica sem nenhum aspeto fundamental a apontar, conforme o Revisor Oficial de Contas, mas as opções tomadas levantavam algumas questões, e a pergunta que colocava era porque é que não existiam opções tomadas num determinado sentido, sendo que a sua sugestão seria uma opção claramente positiva, e, claro, seria um investimento, uma utilização de alguma verba que existia e que poderia ser utilizada claramente naquele aspeto. -----

-----Tomou de seguida da palavra o **Deputado João Castanho** que após cumprimentar todos os presentes e quem assistia a partir de casa disse querer deixar uma nota preliminar antes da sua intervenção para relembrar que só estavam ali a debater ideias porque o 25 de Abril acontecera e dera esse espaço. -----

----- Em simultâneo, sugeria que se ouvisse aquilo que fora o arranque das comemorações dos 50 anos e que se ouvisse a letra do Hino escolhido pelo Concelho, que merecia uma reflexão por aquilo que retrata, de uma forma muito simples e muito básica, o que era a realidade. -----

-----Prosseguiu dizendo que tinha 2 apontamentos que cruzavam um pouco com o que o Deputado Carlos Oliveira também referira. -----

-----Gostava particularmente do entusiasmo com que o Sr. Vereador José Polido falava dos números, que era como se todos percebessem tudo. -----

-----Quando falara na dívida de curto prazo, por exemplo, que estava na página 31, 2013/2022, em que o Município reduzira quase 7 milhões, mas de 2013 a 2019 tinha reduzido 8 milhões e depois viera a subir, portanto, se fizesse os intervalos de forma diferente surgia, por exemplo, que de 2019 a 2022, a dívida de curto prazo aumentara 1.200.000€. Os números estavam todos corretos, mas era a forma como eram transmitidos e era só isso que era importante referir porque de 2019 até agora vinha havendo uma oscilação em sentido contrário. -----

-----Depois tinha uma questão que causava alguma confusão, até por defeito profissional, que era a seguinte: nos gastos com pessoal, página 36, surgia um aumento e presumia que fosse devido à delegação de competência, de 3,7 milhões nos salários de um ano para o outro, e depois surgia um prémio de seguro, que descia 30%. Os salários tinham aumentado 23%, o prémio descia 31%. Normalmente era proporcional e não conseguia entender pelo que gostaria que o esclarecessem até porque aquilo funcionava com prémios previsionais e com estimativas, portanto, à partida, deveria estar mais ou menos equiparado, mas existia uma diferença muito grande. -----

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- O excedente orçamental que chegara aos 9.000.000€ no final do exercício que já vinham 6.000.000€ do ano anterior, derivava em parte daquilo que fora o comportamento do IMT. O assunto já fora abordado na reunião alargada das comissões onde colocara a questão se o comportamento deste ano seria similar e o Sr. Vereador fazendo umas contas rápidas dissera que sim considerando que no primeiro trimestre a execução estava aproximada e, portanto, seria, mais ou menos, a mesma receita. -

-----Assim, a expectativa seria de consolidação até de ser superior ao que estava projetado para este ano, e também como referira na reunião das comissões, voltava a dizer que era importante haver aquele resultado porque servira como um balão de oxigénio para alguma eventualidade que pudesse vir a acontecer, alguma catástrofe, porque Sesimbra não estava livre. Tinham existido, no final do ano, problemas nomeadamente em Lisboa e Cascais, em que tinham sido as autarquias que, numa primeira fase, tinham ajudado a recuperar a atividade económica, ajudando até os comerciantes e as famílias, e, portanto, devia-se deixar um fundo reserva, em suspenso, para alguma eventualidade que pudesse vir a acontecer.-----

----- Por outro lado, também considerava que 9.000.000€ era uma folga relativamente simpática, com projeção até a subir, mas que podia ser feito mais alguma coisa, até porque a questão dos IMT, IMI que também tinha tendência a subir todos os anos e cada vez mais Sesimbra estava a atrair mais pessoas, cada vez mais a CMS tinha de criar mais condições para as pessoas que vinham e começavam a sentir dificuldades, quer em termos de acessibilidades, parte social, etc.-----

----- Deveria haver uma execução se calhar superior, deixando um valor para alguma eventualidade, mas devia-se usar melhor os fundos, ao fim ao cabo, e aquele resultado.-----

----- Usou depois da palavra o **Deputado Rui João Rodrigues** que cumprimentou todos os colegas da Assembleia Municipal de Sesimbra, todos os autarcas do Concelho de Sesimbra, todos os autarcas de Portugal referindo que era graças ao 25 de Abril de 1974 que estavam ali, com divergências, com opiniões diferentes, com opções diferentes. -----

-----Comparar o 25 de Abril e a democracia que tinham hoje com o regime tenebroso, salazarista e fascista era, no mínimo, uma vergonha. -----

-----Passando depois à ordem do dia disse que o Relatório e Contas apontava para que se continuasse com uma redução da dívida contínua, não aumentara a carga fiscal, não existira aumento de tarifas, apesar de terem existido o aumento das despesas da autarquia, com a SIMARSUL e AMARSUL, o que significava que, possivelmente no fim do ano, iriam aprovar as GOP's, e um plano e orçamento que seria sinal de mais desenvolvimento para o Concelho de Sesimbra e a continuação do trabalho que vinha sendo

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

feito em democracia por todos os autarcas do Concelho em prol das populações. -----

-----Não se verificando mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da AMS cedeu a palavra à **Sra. Vice-presidente da CMS** que disse que teria todo o gosto em fazer a justificação política, porque na verdade, quando se estava a discutir o relatório de contas não era só um documento técnico, mas também discutir o documento na sua vertente política, que até era muito mais aliciante do que o débito exaustivo de números que fora apresentado, no entanto, como tinham sido colocadas algumas questões muito técnicas pedia ao Sr. Vereador José Polido para responder. -----

-----Reservava-se para depois poder prestar uma explicação política daquilo que tinham sido as opções que tinham orientado a elaboração das GOP's 2022, que tinha como resultado o presente Relatório e Contas. -----

-----Tomando o uso da palavra, o **Vereador José Polido**, relativamente à questão colocada pelo Deputado Carlos Filipe Oliveira, disse que de facto eram 212.989 euros, mas o que queria enfatizar era que existia a promessa de que os municípios iriam ser ressarcidos de valores gastos com a pandemia, e não chegara qualquer valor a não ser da União Europeia. A CMS despendera ou investira 3.000.000 de euros.-- -----

----- Sobre a inventariação das escolas, não fora inventariado porque a o Município não recebera, tal como não recebera da SIMARSUL e da AMARSUL. -----

-----No que respeitava ao IMT, referiu que o valor de 2021 para 2022, e o custo do metro quadrado até podia, do seu ponto de vista, ter aumentado para o dobro, mas se não tivesse havido atividade económica a mexer, os resultados nunca seriam aqueles. -----

-----Na educação, verificava-se uma taxa de execução, de facto, de 58,97%. Era sobejamente conhecido que a Escola Navegador Rodrigues Soromenho não avançara por impossibilidade do empreiteiro, no ano anterior, e era exatamente por isso que a rubrica tinha aquela execução, porque todo o resto não fora descurado, os apoios sociais, as melhorias nas escolas.-----

-----Sobre a dívida da EDP, disse que a CMS tinha a dívida da EDP de 320.000€ para 120.000€ que até poderia ser zero. Quanto mais áreas e serviços o Município fosse tendo e havendo a obrigatoriedade da contabilidade com as novas regras do SNC-AP, as questões que eram operações de tesouraria, passavam a ser de credores, e estavam incorporadas exatamente nas dívidas de curto prazo. O Município recebera a área da educação e iria receber a saúde, e como era óbvio todas as faturas que andariam naquelas áreas, se não fossem devidamente conferidas e sobretudo a fatura final, sendo que a CMS tinha um prazo de pagamento inferior a 30 dias, mas o valor iria de certeza subir no futuro, a não ser que toda a gente

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

enviasse as faturas até ao dia 20, para serem conferidas até ao dia 30 e serem pagas no dia 31. -----

-----Sobre as horas da formação, não conseguia responder porque não tinha os dados consigo. Relativamente aos trabalhadores de baixa informou que tinham sido nas mais diversas áreas, incluindo questões de trabalho, mesmo a mexer no rato do computador. Portanto, não eram só os trabalhadores operacionais. -----

-----A questão que o Deputado falara relativamente à página 51 disse querer clarificar, referindo que as funções económicas tinham o valor de 6.410.631,30€ passando a ler o que estava escrito: *“Nas funções económicas, a gestão autárquica, manteve o seu enfoque no esforço de continuidade do investimento nas funções de Indústria e energia e de Transportes rodoviários que, juntas, recebem 69,9%”*, ou seja, a CMS nas funções económicas tinha 6.410.631€, dos quais representavam 4.477.000€ ou seja, 69,85% e portanto, não estava nada errado. -----

-----Depois, sobre a água, abastecimento público e captação esclareceu que era uma área que lhe era muito querida onde participava desde o seu primeiro dia na CMS.-----

-----O que estava previsto era a captação de água, não no território, mas a captação de água em Rio Frio, e junto à Ford / Volkswagen, em Palmela, para utilizar grandes adutores de Rio Frio para vir abastecer, e um dos municípios que tinha mais dificuldade e, que se não alterasse, poderia vir a ter problemas no futuro próximo, era exatamente o de Almada que estava numa ponta e mais próximo do mar, e que neste momento, grande parte da sua água, senão quase a totalidade, era captada no Seixal. -

-----Se não houvesse alternativa teria de receber água do Rio que passava ao lado e desenvolver ali alguma operação para a utilizar. -----

-----Relativamente à AMARSUL e SIMARSUL disse que de momento eram 2 entidades completamente distintas. A SIMARSUL era totalmente pública, a AMARSUL era 51% privada. Fora privatizada, a IGF, e que ganhara o Grupo Mota Engil.-----

-----Nas privatizações, existia, tal como nas empreitadas, um caderno de encargos. As entidades que concorriam, concorriam com os cadernos de encargos onde constava, nomeadamente, a remuneração dos capitais próprios que estavam a ser investidos. A AMARSUL era tutelada e regulada por uma entidade que era a ERSAR, mas para se perceber de uma forma transversal, exemplificou de seguinte forma: se ele entregasse 1000 toneladas a um determinado valor, e imaginando que seriam 100€ a tonelada, tinha um determinado custo. Se entregasse 500 toneladas teria de ter o mesmo retorno financeiro, e era obvio que iria aumentar o custo para o dobro porque o retorno do acionista tinha de estar garantido. -----

-----E era por isso que os municípios estavam contra. Ou seja, não havia uma melhoria da prestação

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

de serviço, não havia autonomia do poder local na gestão porque o acionista privado tinha 51%, e, portanto, os investimentos da empresa dependiam do contrato de concessão e do que estava regulado pela entidade ERSAR que definia os investimentos em cada ano, e eram eles que faziam o chamado tarifário. -----

-----Existiam vários tipos de tarifário, o tarifário que vigorava durante um determinado período, que era regular e existiam outros tarifários que eram efetivos, e se existissem resultados negativos num determinado ano, estes teriam de incorporar a tarifa do ano a seguir para compensar o acionista a ter um resultado positivo em linha com aquilo que fora na privatização.-----

----- A SIMARSUL era 51% das Águas de Portugal, Estado Português e outros 49% de Municípios da Península de Setúbal, mas não era de todos. -----

-----Respondendo ao Deputado António Marques disse que de facto, as receitas tinham sido boas e infelizmente não conseguira atingir os objetivos que o Município tinha relativamente à rede viária, apesar de ter feito muita coisa, não conseguira atingir os objetivos. -----

-----Relativamente à dívida da EDP esclareceu que era a dívida das faturas que tinha entrado no final do ano, mas face ao ano anterior, a CMS tinha tido 320.000€ e passara a ter 120.000€, portanto descera.-----

-----A EDP não pagava as chamadas taxas de direito de passagem, mas apenas as empresas de telecomunicações. A EDP pagava à CMS uma renda pela concessão que a Câmara tinha, e fora cerca de 1.200.000€ mais ou menos, portanto, face aos 2.000.000€ que a CMS tinha de encargos. -----

-----A Autarquia tinha um grande encargo com o IVA da iluminação pública, que era a 23%, quando, do seu ponto de vista, nem sequer devia ser a 6%, mas sim a 0%, porque a iluminação pública era para a segurança dos cidadãos e, eram os cidadãos, através dos seus impostos que estavam a pagar o imposto que não devia ser devido para os cofres do Estado, daí o Estado ter a maior receita fiscal que alguma vez acontecera conforme saíra num artigo de opinião do Público “Nunca o Estado cobrou tanto em impostos. São 32% do PIB à custa do IVA e do IRC.” -----

-----Na taxa de direito de passagem a CMS recebera cerca de 25.000€.-----

-----Prosseguiu dizendo que o terreno da Vila Amália que o Município adquirira tinha cerca de 51.000 m². Adquirira toda a zona que estava terraplanada onde era o estacionamento, com exceção de 800 m. Fora um processo moroso, sigiloso, e podia dizer hoje, publicamente, que fora, eventualmente, o melhor negócio que alguma vez o Município fizera. Comprara o terreno com 51.000 m² dentro do Coração da Vila, com capacidade construtiva idêntica à que estava na Avenida por 284.000€. -----

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Portanto, aquele terreno era de todos os munícipes de Sesimbra. Fora comprada a encosta e o vale, tendo sido a um trabalho que envolvera os serviços jurídicos, de património e financeiro.-----

-----Ao longo do ano constava numa das rubricas, aquisição de solos, duzentos e tal mil euros exatamente para fazer face à aquisição, mas a escritura arrastara-se bastante tempo e o Município só a conseguira realizar este ano. -----

-----Respondendo depois à Deputada Sílvia Montanha sobre 2 contratos na concessão de valores, explicou que os contratos não estavam registados na contabilidade, e, por isso, haver uma reserva das contas, portanto, não era culpa do município, mas sim da entidade SIMARSUL, num caso, e E-redes no outro, que não tinham entregado os dados. -----

-----Relativamente à cobrança dos impostos disse que se tinha de ter confiança na autoridade tributária. Por mais que insistisse junto da Chefe de Finanças para receber os impostos, existia determinada tramitação legal, que tinha de ser seguida. As pessoas tinham de ser notificadas, tinha de haver o contraditório, depois tinha de haver uma análise, e em última instância recorriam para tribunal, mas a autoridade tributária cobrava, e bem, por esse serviço, sendo que no ano anterior cobrara à CMS 700.000€ pela cobrança dos impostos que eram da CMS, mas a lei era assim, ou seja, o Estado, mais uma vez, estava-se a financiar via impostos dos Municípios. -----

-----Relativamente à despesa com pessoal paga fora 25.760.296,18€, e, portanto, fazendo a diferença 63.686.910,01€ talvez desse a percentagem apontada pelo CHEGA dos 54,8%. -----

-----A despesa com pessoal era de 25 milhões e se dividisse por 47 milhões que era a despesa corrente dava de facto os 54%, mas eram as despesas correntes e não as despesas totais do Município. Uma coisa eram despesas correntes, outra coisa eram as despesas de capital. -----

-----Prosseguiu dizendo que já informara que por princípio de prudência, a Autarquia contrairia um empréstimo sempre para eventuais dificuldades de tesouraria porque o Município recebia o IMI em 3 tranches.-----

----- Trazia à Assembleia Municipal o pedido de autorização que era sempre aprovado por unanimidade, de contratação desse mesmo empréstimo. Também dissera que a taxa de juro era 0,01%, que era uma taxa de juro irrisório, e porque a CMS não podia correr o risco de eventualmente cancelar alguma obra que estivesse a decorrer ou se tivesse de pagar vencimentos e outro tipo de encargos e, portanto, contrairia o empréstimo. Felizmente utilizara 500.000€ só para dizer que não utilizaria nada. O Município não contraía o empréstimo para desperdiçar dinheiro, mas sim para fazer face a eventuais dificuldades de tesouraria.-----

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Respondendo depois à Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Castelo disse, relativamente à divulgação de iniciativas, que não tinha os dados com ele, mas em termos de comunicação podia informar que a CMS gastara 431.479,92€, e em publicidade, comunicação e imagem 70.341,44 €-----

-----Relativamente às questões colocadas pelo Deputado Paulo Caetano disse que não queria falar do assunto tendo em conta que o respetivo Vereador não estava presente, mas o saldo fora incorporado nas diferentes rubricas do orçamento. Uma das rubricas tinha a ver com o gabinete de tecnologia, sistema de informação que tinha uma dotação inicial de 951.766€ e tivera um reforço com a incorporação do saldo de mais 699.600€, ou seja, ficara com um total de 1.651.000. Taxa de execução - 59.65%. -----

-----Sobre as questões ambientais, disse que em 70.000.000€ que constavam dos documentos, a preocupação fora uma plataforma que custava 1.000€ e não falara nas atividades que a CMS desenvolvia, e que o Deputado Paulo Caetano era frequentador de muitas atividades e com custo zero. -----

-----Na reunião de Câmara, por exemplo, referira uma área que era o parque campismo, que tinha uma execução relativamente baixa face àquilo que tinha porque utilizara os meios próprios da autarquia porque dispunha de funcionários operacionais que poderiam realizar trabalho, não sendo necessário abrir concursos para fazer as obras, e fora isso que acontecera no parque campismo. -----

-----Tinham lá estado a trabalhar eletricitistas, canalizadores, etc., e com material que estava nos armazéns, daí ter uma execução abaixo daquilo que eventualmente seria expectável, mas a obra fora realizada. Portanto era bom perceber o contexto de como as coisas funcionavam no Município. -----

-----Respondeu em seguida ao Deputado João Castanho, relativamente ao aumento da dívida de curto prazo, dizendo que já explicara e tinha a ver com as regras contabilísticas e também com as faturas que iam chegando. Por exemplo, estava a decorrer a obra da Escola, do Bloco da Mata, da Mata da Vila Amália, do Centro de Saúde da Quinta do Conde, do Centro Cultural da Quinta do Conde e todos chegavam com uma fatura de 100 ou 200.000€ no final do ano para serem contabilizadas, mas se não fossem conferidas, a CMS não poderia pagar porque o relógio não parava e iria passar para o próximo ano. Em 2023 poderiam ser 4 ou 5 milhões de dívida de curto prazo porque apareceriam as situações das escolas que os serviços teriam que ver. Ele próprio gostaria que não chegasse àquele valor, mas a CMS não tinha capacidade para conseguir executar mais cedo e pagar a respetiva fatura. -----

-----Nos seguros, a CMS fazia sempre o pagamento quase com um ano de desfasamento, ou seja, 2022 era pago com base na massa salarial de 2021, e 2023 seria pago com base na massa salarial de 2022. -- -----

-----O Município tinha, de facto, uma almofada financeira para fazer face a eventuais problemas ou

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

eventuais obras que pudessem surgir e que o Município quisesse fazer. Por exemplo, com a incorporação do saldo existia uma rubrica, que logo à cabeça era despendido cerca de 1.000.000 de euros em viaturas, Se calhar, uma das outras almofadas financeiras tinha a ver com as vias, se calhar, num milhão de euros com pavimentações. -----

-----Quando o processo de revisão orçamental viesse à AMS já essas questões estariam definidas mais em concreto. -----

-----Na questão da receita, na venda de serviços próprios era uma receita que não era muito superior à anterior porque como o Deputado Rui João referira a Autarquia não aumentara os tarifários, no entanto, como existiam mais consumidores, o que significava novas casas, logo IMT, sendo que a CMS tinha de momento uma equipa mais eficiente no terreno, mais atenta à questão dos cortes e na colocação dos contadores e, portanto, também se ter verificado um aumento daquela receita. -----

-----Interveio depois o **Deputado Carlos Oliveira** que disse que o Sr. Vereador estava mais preocupado em dar a volta ao texto do que em esclarecer algumas das coisas. -----

-----Relativamente à questão do COVID, voltava a dizer que o que lá estava escrito relativamente aos anos anteriores era pura demagogia porque o que se estava a apreciar era o relatório relativamente à atividade de 2022, e o que lá constava eram duzentos e tal mil euros, como constava de um dos quadros. -----

-----As explicações poderiam ter interesse, enfim, para um discurso político, mas não tinham interesse para apreciação de um documento técnico. -----

-----Relativamente à questão do inventário do parque escolar, perguntara se já tinha inventário e o que o Sr. Vereador respondera era como se ele estivesse a acusar a CMS de não ter inventário. -----

-----Relativamente à questão do IMT disse que os valores, independentemente do importância que fosse, se ele subisse para o dobro, ou para o triplo também a receita subia para o dobro ou para o triplo, porque tinha a ver com o valor de cada uma das transações e, portanto, era cobrado o IMT sobre cada uma das transações. Se por acaso fosse para o dobro. E o número de transações fosse o mesmo, era o dobro. E aquilo que dissera era que relativamente ao ano de 2022 e relativamente ao ano 2021, aquilo que fora cobrado a mais dos dois milhões, para já correspondia a uma estabilização do imposto, e dissera que correspondia apenas a uma evolução em termos dos preços das transações porque elas tinham subido. O valor do metro quadrado subira, e ao subir o valor do metro quadrado, quando era vendido, também subia o IMT. -----

-----Foi isso que dissera. -----

-----Relativamente à questão do quadro 21 da evolução da dívida de curto prazo dos fornecedores

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

voltava a repetir o que dissera, ou seja, o que interessava ali não era a evolução histórica da dívida, mas sim saber, o que fora pago entre 2021 e 2022, e se baixara era ótimo, e não era só a EDP, a EDP fora apenas um exemplo. -----

-----Queria saber o que é que acontecera de 2021 para 2022, e não comparar a dívida em 2022 com a dívida de 2013.-----

-----No que respeitava à questão das faltas das baixas por doença e das baixas por acidente de trabalho, acreditava que o Sr. Vereador não soubesse o número de horas, mas o que dissera relativamente à formação é que seria interessante saber o número de horas de formação e o volume de formação que eventualmente poderia aparecer depois numa informação. -----

-----Sobre as baixas por acidente de trabalho, aquilo que se devia pensar, eventualmente, e aquilo que perguntara era se a Câmara Municipal não estava preocupada com isso, e se não tinha alguma atuação relativamente ao número de baixas por doença e tentar verificar ou corrigir algumas situações em termos de saúde e segurança do trabalho. -----

-----Sobre os custos das funções, era evidente que era muito mais agradável dizer que era 69,9% do que 13,9%, aliás, se às duas parcelas da indústria e energia dos transportes rodoviários, se somasse a atividade económica ainda subia mais, ficava só o turismo de fora. Para que é que interessava os 69,9%, o que interessava era o global e que, do ponto de vista das funções, a função económica representara 13,9%. As contas estavam feitas. 3,63 relativamente à indústria e energia, 6,8 relativamente aos transportes rodoviários. Não era partir uma determinada função e somar duas, isso era extrapolar números. Os números não estavam errados, o que queria dizer era que cada um apresentava os números da forma que queria. -----

-----Interveio de seguida a **Deputada Sandra Carvalho** que disse que em sede de Comissão já dissera grande parte daquilo que pensava relativamente ao documento, e que de facto a documentação refletia o resultado das opções que tinham sido tomadas em sede de orçamento. -----

-----Independentemente das opções que pudessem ser questionáveis mais numa área ou noutra área, aquilo que, de facto, havia que ressaltar era o esforço contínuo na redução da dívida, o prazo de pagamento ser inferior a 30 dias aos fornecedores, e existir um desempenho global muito satisfatório na linha, aliás, daquilo que vinha sendo feito nos últimos anos, uma gestão rigorosa. Não dando passos maiores que a perna, procurando calcular exatamente qual é que era o esforço que o Município podia dispor sem colocar em perigo nem os apoios sociais que eram importantíssimos para a população, nem os apoios às associações e IPSS que eram fundamentais para o funcionamento de determinadas

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

atividades que mantinham de facto a cultura, o desporto, as artes cénicas em funcionamento, e isso, de facto, era importante.-----

----- Haveria sempre um momento em que alguma coisa ficara por fazer, o que era lógico, porque era um trabalho que estava a começar, mas nunca estava acabado, nem por este executivo, nem por nenhum dos que já tinham estado na CMS, nem por nenhum que viesse. -----

-----O que interessava realçar era que facto havia uma evolução financeiramente muito importante. Vinham sendo feitos investimentos importantes ao longo dos 49 anos no Município que continuava a ser muito atrativo para quem o procurava para investir, para morar, para vir passar férias, e na sua opinião esse era o trajeto que deveria continuar. Era aquela a nota positiva que a CDU deixava. -----

-----Disse depois que tinha a ideia de que junto com o documento costumava vir o Balanço Social sendo que esse balanço iria de facto responder a algumas das questões que tinham sido levantadas relativamente às baixas, formações, inspeções, porque de facto, em sede de inspeções aos locais de trabalho por parte do serviço de higiene e segurança, era feito um trabalho contínuo, atento e pedagógico junto dos colegas no sentido da utilização correta dos EPI's, formação na utilização dos EPI's, mas era um trabalho que também tinha de continuar a ser feito porque à semelhança do que se passava no setor privado, na área mais operacional, era muito frequente o acidente e às vezes o pequeno acidente e depois uma reincidência mais à frente.-----

----- O trabalho vinha sendo feito, mas ainda havia muito por fazer na área. No que dizia respeito à formação, tendo em conta o período que se atravessara, de facto, em termos de oferta de formação, não vinha sendo muito fácil. Estavam de momento a retomar o caminho das formações em que, de facto, a componente prática era importante porque era difícil fazer uma formação de zoom com as pessoas a experimentarem EPI's ou como é que se realizava um trabalho com pesos ou como é que se manuseava uma ferramenta que tinha de ter uma componente prática.-----

-----Portanto a dúvida era se de facto, o Balanço Social costumava acompanhar a documentação do Relatório e Contas. -----

-----Tomou de seguida o uso da palavra, **o Vereador José Polido** disse que os Serviços durante meses tinham andado a preencher mapas para a DGAL sobre o COVID. Andavam a preencher com os valores todos e fora um trabalho inglório, porque a CMS não recebera nada.-----

-----Perguntou de seguida porque é que o Estado fizera a promessa de que iria pagar ou dar ou compartilhar alguma coisa aos Municípios.-----

----- Disse depois que apenas lera as ações no relatório de atividades, que considerava fundamentais

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

e as que tinham maior relevo. -----

----- Relativamente às formações, deu, por exemplo, uma das mais importantes que tinha a ver com os CAMP's - Formação Contínua de Motoristas de Pesados de Passageiros sendo que iriam para formação em breve cerca de 12 motoristas. -----

----- Respondendo sobre a questão das funções económicas e da contabilidade de custos disse que o Deputado Carlos Oliveira se esquecera de ler o que estava para trás porque estava em contexto que era o enquadramento dos custos por funções gerais, nas funções sociais e nas funções económicas. -----

-----Se tivesse lido atrás, verificava que estava lá escrito o seguinte que resumia o que constava no quadro: *"As funções gerais consomem cerca de 23,8% do total de custos representando 10,98 milhões de euros. -Quanto às funções sociais, estas representam 62,3% do total de custos no valor de 28,7 milhões de euros sendo que destes há a evidenciar o total de 13,7 milhões de euros nas funções de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais, Resíduos Sólidos e Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza (Higiene Pública), refletindo a importância que é atribuída a este conjunto de funções pela gestão autárquica a qual, reconhece a necessidade de ver assegurados todos os requisitos de qualidade que importam garantir no serviço prestado às populações."* -----

-----Disse depois que as funções económicas eram a indústria e energia, transportes rodoviários, atividades económicas e turismo, dessas 4 áreas, era referido que 2 delas, que era a indústria e energia, e os transportes representavam 69% dos 6,4 milhões de euros. -----

-----Era o que estava escrito.-----

-----A CMS tinha 1.674.018,15€ na energia e indústria, 2.803.956,85€ nos transportes rodoviários, que, juntas, recebiam 69,9% do esforço financeiro tido com funções económicas. -----

-----Respondendo depois à Deputada Sandra Carvalho acerca do mapa social informou que constava no Relatório mais concretamente da página 36 à página 38. -----

-----Acrescentou que o relatório trimestral que a Assembleia recebia constavam as formações e os conteúdos de cada formação.-----

----- Interveio em seguida a **Vice-presidente da CMS** que começou por dizer que se estava a apreciar e a debater um documento técnico. O Sr. Vereador José Polido fizera uma análise exaustiva e tentara que todos ficassem esclarecidos o melhor possível em relação àquilo que era o comportamento da receita e o comportamento da despesa, que, no fundo, era a matéria de que se tratava no relatório.-----

-----Em relação à análise política que também era imperativo que se fizesse, e como se falara em opções queria referir que, em primeiro lugar, algumas das opções do Município eram condicionadas por

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

aquilo que eram os fundos de financiamento.-----

-----O assunto vinha sendo muito discutido muitas vezes em reunião de Câmara, com todos os membros do executivo. A CMS até poderia ter uma opção estratégica numa determinada direção, mas se os fundos financiamento, designadamente em termos de PRR, em termos de fundos comunitários, viessem em outra direção, aquilo que a CMS aproveitava era tentar mudar a agulha e ir buscar os fundos. Como era do conhecimento, os municípios, infelizmente, não tinham muito voto na matéria de decisão daquilo que eram os fundos comunitários e para que áreas eram dirigidos e, portanto, aquilo que eram as opções estratégicas de cada município muitas vezes ficavam condicionadas por haver, ou não haver, fundos comunitários numa determinada área e haver fundos comunitários noutra área qualquer. -----

-----A situação da rede viária fora referida e era verdade que existiam muitos arruamentos a necessitarem de uma intervenção aprofundada e consolidada, mas algumas dessas situações mantinham-se também por uma outra opção da Câmara, e que era consensual entre todos os membros do executivo, era de que não valia a pena estar a fazer uma intervenção em termos de asfalto se não se fizesse anteriormente uma intervenção daquilo que era o subterrâneo, ou seja, na rede esgotos e na rede de água, que em muitos casos estava a precisar de ser substituída, só que o volume financeiro que seria necessário para fazer essa intervenção profunda, para que depois pudesse ter como fase final o asfalto, no fundo a intervenção na rede viária, não seriam os valores de uma mera empreitada para colocar asfalto. Portanto, também aí teriam de ser feitas opções e priorizações. -----

-----Mas as questões de opção não eram apenas as que condicionavam a execução em algumas áreas e o Deputado João Castanho referira precisamente a situação do aumento da despesa corrente que era uma situação que condicionava muitas vezes as opções da CMS. -----

-----O aumento da despesa corrente era preocupante, sendo que não partilhava a alegria com que o Sr. Vereador José Polido colocara na apresentação do relatório de contas, porque, apesar de ser um relatório de contas aparentemente agradável em termos daquilo que era a arrecadação de receitas, seria muito rapidamente posto em causa por aquilo que era o aumento da despesa corrente que obrigatoriamente o Município Sesimbra teria de assumir. -----

----- No âmbito da transferência de competências só para o ano de 2023 e iriam a falar disso quando se estivesse a apresentar e discutir o relatório de contas do ano de 2023, só nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março, a CMS já tinha um déficit acumulado de quase meio milhão de euros suportado em despesa corrente que o Município, felizmente, tinha encaixe para poder suportar. Esse meio milhão de euros era por 2 coisas, em primeiro lugar, porque estava a antecipar com o orçamento municipal, receitas

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

que deveriam ser transferidas todos os meses pela DGAL e ainda não tinham chegado nem se sabia quando viriam, e em segundo lugar, porque quando chegassem viriam subdotadas até em relação àquilo que eram os mapas orçamentais aprovados pela IGF, e que estavam publicados em Portaria de descentralização de competência. -----

-----O Dr. António Mendonça informara-a há 2 dias que a verba que o Município recebera para pagamento de vencimentos aos cerca de 320 funcionários que recebera das escolas há cerca de 1 ano, viera em Abril com um déficit de 60.000€. -----

-----Eram competências que o Município não queria porque sabia que iriam causar um rombo grande naquilo que era o orçamento municipal e que se estava a concretizar até com agravamento em relação às expectativas mais pessimistas que o Município tinha, e que, obviamente, também iriam condicionar aquilo que eram as opções da CMS e que seriam plasmadas em cada orçamento.-----

----- Disse depois que entendera que o sentido de voto do Deputado Paulo Caetano iria depender não tanto da avaliação e da análise técnica sobre a qual não tinha nada a opor, mas sim em relação à estratégia e às opções da CMS, mas relembra que o orçamento municipal do ano 2022 e cujo relatório e contas estavam a apreciar, fora um orçamento discutido amplamente com os vereadores de todas as forças políticas que tinham assento no executivo, e acolhera as propostas desses mesmos vereadores e, portanto, recolhera aquilo que era a visão estratégica também do PS, como acolhera a visão estratégica do vereador independente, que também dera o seu contributo. -----

-----Não se podia ter, no seu entendimento, dois pesos e duas medidas, quando não agradava votava-se de uma determinada forma, dizendo que não se reviam no documento porque a sua estratégia não era aquela, mas quando aparecia uma obra que fora feita pelo executivo, vinha o PS, como já fizera no passado muito recente, por exemplo, sobre a rotunda na Cotovia, dizer que a rotunda era mais uma promessa cumprida do PS.-----

-----Portanto não se podia fazer duas coisas ao mesmo tempo, não aprovar o orçamento ou o relatório de contas, porque de alguma forma configurava o resultado de opções estratégicas nas quais não se reviam, mas quando aparecia a obra feita, se não fosse o PS a obra não teria sido realizada. -----

-----Era este o entendimento que fazia de algumas publicações que vira nas redes sociais. -----

-----Quando era dado a entender que o documento poderia não ser votado favoravelmente porque refletia opções políticas que não eram as suas, deviam-se lembrar que o documento resultava de um orçamento que fora feito com os contributos e recolhendo sugestões e propostas de Vereadores do PS, algumas das quais até eram coincidentes com o programa eleitoral da CDU e, portanto, as mesmas

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

opções e as mesmas visões estratégicas em algumas das matérias. -----

-----Disse depois que estava preocupada com aquilo que iria ser o comportamento da receita nos próximos anos. Não sabia se iria haver ou não desaceleração da economia, se iria haver redução daquilo que eram os impostos que de alguma forma contribuían mais para o orçamento municipal, mas sabia que aquilo que iria ser o esforço financeiro da CMS, fosse ao nível de obras financiadas pelo PRR ou por fins comunitários e que a Câmara se propusesse fazer e ter de as executar até 2026, e até 2030, designadamente no que dizia respeito ao parque escolar, mas até 2026 a CMS tinha um conjunto de compromissos e tinha candidaturas apresentadas no âmbito, por exemplo, da habitação pública, no âmbito da intervenção social e da construção de equipamentos sociais que eram necessários e que iria exigir da parte da CMS um esforço muito grande no que respeitava à sua capacidade de investimento, ao mesmo tempo que se assistia ao cenário do aumento da despesa corrente que retirava a possibilidade de intervencionar no âmbito da despesa de capital, por força daquilo que eram obrigações que a CMS estava a receber subdotadas em relação à despesa do Estado e da Administração Central até ao ano passado, e estava só a falar da educação. -----

-----A CMS recebera nem sequer há 1 mês competências na área da ação social e já tinha conhecimento que iria ter, só neste mês, um déficit de cerca de 9.000€.- -----

-----Portanto, entre aquilo que era a necessidade da CMS de investir, a necessidade de aproveitar fundos comunitários, e aquilo que era obrigatoriedade e necessidade de fazer face aos compromissos que tinha no âmbito das competências, mas também no âmbito daquilo que era também a opção do Município de reforçar os apoios sociais no sentido de poder ajudar as famílias que estavam a empobrecer, o Município teria de ser muito rápido e assertivo para poder, até 2026, ter os 303 fogos de habitação pública construídos para melhorar também um dos flagelos que o país tinha, sobretudo nas áreas metropolitanas, que era falta de habitação e a falta de mercado de arrendamento. -----

----- Eram grandes desafios que iriam comprometer muito os orçamentos dos anos vindouros, e obviamente iriam exigir do executivo que estava em funções até 2025, um grande esforço e uma grande coesão para ter aquilo que eram os seus objetivos e intenções em termos de investimento, fosse ao nível material, ou ao nível imaterial. -----

-----Reconhecia que o Deputado Paulo Caetano tinha razão e que a CMS poderia fazer parte da plataforma, mas o Sr. Vereador José Polido dissera, e muito bem, que não era pelo facto de a CMS não estar inscrita que a impedia de fazer um conjunto de ações ou de ter um conjunto de diligências e uma visão estratégica no sentido da sustentabilidade do ambiente porque a CMS também tinha essa política,

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

mas achava que poderia sempre ir mais longe. -----

-----As opções diferentes de cada bancada política tinham sido muito diminuídas naquilo que fora a realidade da elaboração do orçamento do ano passado. -----

----- Não se verificando mais questões, o **Presidente da AMS** submeteu à votação o 1º Ponto da Ordem do Dia “Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação e Prestação de Contas de 2022”, tendo a Assembleia Municipal de Sesimbra, sob proposta da Câmara Municipal n.º 18.867/23, apreciado o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais, bem como apreciou e aprovou, por maioria, com 10 votos a favor da CDU e 14 abstenções (8 PS, 2 CHEGA, 2 PPD/PSD, 1 BE e 1 MSU) os documentos de Prestação de Contas de 2022, apresentados pela Câmara Municipal. -----

-----O Grupo Municipal da CDU prestou a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Sesimbra votam favoravelmente o Relatório do Inventário de Todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais, assim como a Respetiva Avaliação e Prestação de Contas 2022 e Aplicação do Resultado Líquido do Exercício 2022. Um voto que reconhece e valoriza o melhor desempenho de sempre das contas do município, numa execução que voltou a reduzir o endividamento global. -----

-----Realçamos por isso o desempenho na gestão da autarquia, que tem mantido a tendência de redução da dívida que, desde 2013, diminuiu cerca de 25,8 milhões de euros. -----

-----Resultados que revelam o rigor das contas e as opções do executivo, num período marcado por grandes investimentos em diversas áreas, e num ano ainda bastante marcado por um conjunto de medidas necessárias no combate aos efeitos da pandemia de COVID-19, que tiveram um forte impacto nas contas municipais em mais de 3 milhões de euros, sobretudo com o reforço do apoio às famílias mais vulneráveis e ao movimento associativo local. -----

-----Estes bons resultados da gestão municipal, que voltamos a salientar, serem os melhores de sempre, estão também expressos noutros indicadores, como o montante global da receita cobrada, que atingiu quase 73 milhões de euros, que correspondeu a uma taxa de execução de quase 95 por cento do previsto. Um dado importante que diz respeito às receitas próprias do município, que atingiram os 63,7 milhões de euros, o que significa que o município consegue, cada vez mais, fazer face à sua despesa com receitas provenientes da sua atividade corrente. Igualmente muito positiva foi a taxa de execução da despesa, com quase 63,7 milhões de euros, 82,5 por cento do total orçamentado. -----

-----E lembramos que na despesa está ainda acomodada a despesa resultante do processo de

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

transferência de competências da área da educação que se traduziu na incorporação de mais de 400 funcionários nos quadros da autarquia. -----

-----Não podemos deixar de referir o peso significativo na despesa de projetos que resultam de compromissos com a Administração Central, como o novo Centro de Saúde de Sesimbra, no qual a autarquia assume uma comparticipação financeira muito significativa, ou as obrigações contratuais decorrentes de candidaturas aos EEAGrants e a fundos comunitários, de que são exemplos, a construção do Centro Cultural Costeiro, ou a reabilitação de habitação social no Bloco da Mata, e da Capela de São Sebastião. -----

-----Já no que respeita às Grandes Opções do Plano, a taxa de execução situou-se também perto dos 83 por cento, com quase 64 milhões de euros. Também um bom resultado na atual conjuntura, quando temos em conta o facto de alguns concursos para obras terem ficado desertos, e também pela demora na implementação de outros, como, por exemplo a ampliação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, obra de mais de 3 milhões de euros, que deveria ter recomeçado em 2022, mas que acabou por transitar para 2023. -----

-----Destacamos ainda o prazo médio de pagamentos a fornecedores, que se situou abaixo dos 30 dias. Resultados atingidos sem a Câmara Municipal aumentar os tarifários dos serviços urbanos, e numa conjuntura difícil, marcada também pelo aumento de preços, que obrigaram à revisão constante de orçamentos e aquisições e que acabam por atrasar a concretização de alguns projetos. -----

-----Em suma, a autarquia voltou a desempenhar um trabalho fundamental para o desenvolvimento do concelho e para a melhoria da qualidade de vida das populações do nosso concelho. -----

-----Neste sentido, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Sesimbra enaltecem a Câmara Municipal de Sesimbra pelas opções e tomadas de decisão, em particular no desempenho das contas que estes números comprovam. -----

-----Pelos motivos acima exposto, o nosso voto favorável ao Relatório do Inventário de Todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais, assim como a Respetiva Avaliação e Prestação de Contas 2022 e Aplicação do Resultado Líquido do Exercício 2022.”-----

-----O Grupo Municipal do PS manifestou intenção de enviar oportunamente a Declaração de Voto, no entanto a mesma não foi rececionada.-----

-----O Grupo Municipal do PSD manifestou intenção de enviar oportunamente a Declaração de Voto, no entanto a mesma não foi rececionada.-----

*-----Prosseguindo os trabalhos o **Presidente da AMS** deu início ao ponto 2 da Ordem do Dia -*

Ata nº 23 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2022. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Vereador José Polido** que disse que a CMS tivera um resultado de 5.455.424,36€ o qual propunha que fosse aplicado da seguinte forma: 5% para as reservas legais, que dava um montante de 272.271,28€, e o remanescente para reservas livres que somava o total de 5.173.153,08€. -----

-----Para além daquele resultado, porque, como dissera anteriormente, a CMS incorporara, face ao SNC-AP, a questão da AMBIMECRO, sendo que a CMS tinha que contabilizar o ativo, mas tinha que contabilizar também os custos e os proveitos, e daí, constar nos resultados transitados, o montante de 477.228,01€ que fora o valor encontrado na conta 562 de regularizações e que a CMS propunha também, à semelhança do anterior, que 5% fosse para reservas legais que era o mínimo permitido, o valor seria 23.861,40€, e o remanescente para reservas livres, ou seja, 453.366,61€. -----

-----Não se verificando questões o **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação o 2º Ponto da Ordem do Dia – “Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2022”, tendo a Assembleia Municipal apreciado e aprovado, por maioria, com 20 votos a favor (10 CDU, 8 PS, 2 PPD/PSD) e 4 abstenções (2 CHEGA, 1 BE e 1 MSU), a Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2022, sob proposta da Câmara Municipal n.º 18.895/23. -----

-----Não havendo mais nada a tratar, o **Deputado Rui João Rodrigues** solicitou a dispensa da leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

-----De seguida, declarou encerrada a sessão era uma hora e cinco minutos do dia 27 de abril.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que após aprovação vai ser assinada pelo Presidente e por quem a lavrou.